

Editora e
Distribuidora
Educativa S.A. e
suas
controladas

**Demonstrações Financeiras
Individuais e consolidadas para o
exercício findo em 31 de dezembro
de 2022**

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	7
Balancos patrimoniais	12
Demonstrações do resultado	14
Demonstrações do resultado abrangente	15
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	16
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	17
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	18

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

Aos Acionistas,

Atendendo às disposições legais, a Administração da Editora e Distribuidora Educacional S.A., aqui denominada “Companhia”, “Controladora” ou “EDE” – tem a satisfação de apresentar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, em comparação com o ano de 2021. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

SOBRE A COMPANHIA

A Editora e Distribuidora Educacional S.A. (“Companhia” ou “EDE”), têm como principais atividades a oferta de cursos de ensino superior e pós-graduação presencial e à distância, soluções educacionais para ensino técnico e superior, entre outras atividades complementares, tais como o desenvolvimento de tecnologia da educação com serviços para gestão e formação complementar, além de assessorar e/ou viabilizar a possibilidade de financiamento direto e indireto de alunos em relação às suas respectivas modalidades escolares e o desenvolvimento de software para ensino adaptativo e otimização de gestão acadêmica.

NOTA

As informações operacionais e financeiras da Companhia para 2022, exceto quando de outra forma indicadas, são apresentadas com base em números consolidados, em reais, conforme a legislação societária brasileira e as práticas adotadas no Brasil, cujas comparações têm como base o mesmo período de 2021. Adicionalmente, os valores aqui apresentados se relacionam ao segmento Kroton, em que a EDE está incluída.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Kroton

PONTO DE INFLEXÃO NO PROCESSO DE GERAÇÃO DE VALOR

Os crescimentos de Receita de dois dígitos em Kroton no 3T22 e 4T22, que se somam ao ganho de rentabilidade previamente estabelecido, refletem a consistência de execução demonstrada trimestre após trimestre: (i) safras de Receita de captação crescentes nos últimos 3 ciclos, apesar de políticas comerciais mais rígidas e a extinção do PEP; (ii) estabilidade nas taxas de evasão, apesar de mix maior de calouros em cursos digitais e maior rigidez nas renegociações com alunos inadimplentes; (iii) melhora na qualidade da Receita, o que já se refletiu em menores necessidades de provisionamento e; (iv) um Marketing muito mais eficiente, com ênfase no digital. Estes resultados evidenciam o sucesso da construção e disseminação de uma visão clara na Kroton, com foco no crescimento via cursos híbridos e digitais, expandindo o portfólio de cursos, número de Polos e canais de captação ao mesmo tempo em que enxugamos nossa operação de campi, oferecendo maior eficiência operacional, maior conversão de EBITDA em caixa e maior retorno sobre o capital imobilizado.

Kroton alcança o segundo trimestre consecutivo de crescimento de dois dígitos em Receita Líquida (12,6%), confirmando que a empresa finalizou a fase de reestruturação e está no estágio de crescimento. Conforme a mensagem compartilhada nos releases passados, o foco da empresa em obter safras de Receita de captação crescentes, conforme resultados obtidos nos últimos três ciclos, geraram efeitos compostos positivos na Receita da Kroton. Esses efeitos se tornaram evidentes no 3T22, quando sobrepujaram a redução de Receita de PEP e FIES. A combinação de: (i) bom posicionamento da empresa em relação a cursos híbridos e digitais, através da expansão e maturidade de polos e novos cursos, decorrente de decisões acertadas desde 2020 que direcionaram o foco para expansão via cursos híbridos e digitais; (ii) estratégia comercial caracterizada por eficácia da mídia online, estabilidade de tickets nominais de captação e novos canais de venda e; (iii) a concentração de oferta de cursos de alto Lifetime Value (“LTV”) no segmento de cursos presenciais, oferecem confiança na continuidade do efeito composto de crescimento nas safras de Receita de captação da empresa.

Ambiente Macroeconômico

Historicamente, três indicadores macroeconômicos têm maior influência nos resultados de Kroton: (i) inflação; (ii) desemprego e; (iii) variação do PIB. Esses vetores econômicos têm esse comportamento sobre a Kroton principalmente devido à influência na unidade de negócio Kroton, vertical de B2C de Ensino Superior. Em decorrência da pandemia, o nível de restrições sanitárias passou a ter forte influência nos resultados da Kroton nos últimos 3 anos.

Considerando os pontos descritos acima, o cenário econômico brasileiro em 2022 foi desafiador para a Kroton. Apesar do maior afrouxamento das restrições sanitárias do Covid-19 em 2022 vs. 2021, favorecendo a retomada da normalidade da maior parte da economia produtiva, a política monetária contracionista, com aumento de 450 bps na taxa básica de juros, atuou como novo constringente de demanda e crédito e pressionou as despesas financeiras de agentes alavancados. Além disso, a inflação persistiu pelo segundo ano consecutivo acima do teto estabelecido pelo Governo Federal, com resultado acumulado do IPCA em 5,79% para 2022, deteriorando o poder de consumo do mercado amplo. Por outro lado, o PIB apresentou crescimento de 2,9% em 2022, com o setor de serviços sendo destaque positivo na composição deste resultado e o desemprego seguiu em queda pelo segundo ano consecutivo, com média anual em 9,3% vs. 13,2% em 2021.

Apesar da suspensão das restrições sobre aulas presenciais, o alunado no Ensino a Distância de Kroton apresentou crescimento de 16,4% em 2022, superior aos 14,2% de 2021, indicando perenidade de demanda para essa modalidade de ensino e o bom posicionamento da Kroton perante o mercado. Além disso, apesar do crescimento de 7,8% no número de brasileiros inadimplentes em 2022, Kroton apresentou redução na inadimplência para o mesmo período.

Desempenho operacional

Kroton

No segmento de Ensino Superior, o segmento Kroton, onde a EDE está incluída, encerrou 2022 com 963.900 alunos matriculados, dos quais 896.495 em cursos de Graduação Alta e Baixa Presencialidade e 67.405 em cursos de Pós-graduação Presencial e EAD. Esse número representa um crescimento de 7,5% na comparação anual. A base de alunos de graduação teve um aumento de 11,5% em relação ao 4T21.

Este crescimento ocorre nas duas modalidades, Alta Presencialidade (+8,4%) e Baixa Presencialidade (+13,3%). Em linha com a estratégia da empresa de foco em cursos digitais, Baixa Presencialidade (“BP”) apresenta taxas de crescimento ainda mais expressivas que o segmento de Alta Presencialidade (“AP”)

A base de alunos de pós-graduação cresceu 19,5% no 4º trimestre de 2022 em comparação ao mesmo período de 2021. Com esse crescimento, finalizamos o 4T22 com 67,4 mil alunos em pós-graduação, com uma evasão de pós-graduação estável em 2,0% no trimestre

Reorganização Societária

Durante o ano de 2022 a Kroton realizou reestruturações societárias em suas unidades empresariais com intuito de melhorar o gerenciamento de suas operações e a demonstração de seus resultados, principalmente atreladas aos cursos de saúde e medicina. Tais reestruturações resultaram na incorporação parcial dos ativos cindidos pela coligada Anhanguera Educacional Participações S.A. na controlada PSES - Pitágoras Sistema de Ensino Sociedade, e consequente aumento nos resultados do ano de 2022, em comparação a 2021.

Em paralelo, 31 de dezembro de 2022, a Companhia transferiu 100% da participação da PSES (empresa que concentra os negócios de medicina) para a controladora Cognia, através de redução de capital.

Desempenho Financeiro

Exceto quando indicado de forma diferente, os dados financeiros utilizados para a elaboração das análises a seguir refletem o resultado consolidado da Companhia de 2022, na comparação com o resultado societário para 2021.

- **Receitas Bruta e Líquida** – a receita bruta da Companhia para o exercício social de 2022 foi de R\$3.336,5 milhões, aumento de 22% na comparação anual, justificada principalmente pela reorganização societária citada anteriormente. Já a receita líquida de 2022 totalizou R\$2.422,9 milhões, retração de 24% frente a 2021, seguindo a tendência apresentada na linha de receita bruta.
- **Custos de Produtos Vendidos e de Serviços Prestados** – os custos da Companhia totalizaram R\$493,0 milhões, equivalente a 20% da receita líquida, queda de 2 p.p. comparado a 2021 e relacionado ao aumento de receita consolidada.
- **Lucro Bruto e Margem Bruta** – o lucro bruto de 2022 alcançou R\$1.930,0 milhões, com margem bruta de 80%, aumento de 2 p.p. na comparação com 2021.
- **Despesas Operacionais** – as despesas operacionais atingiram R\$1.417,0 milhões em 2022, representando 59% da receita líquida do período, frente à 69% da receita líquida de 2021.
- **Resultado Financeiro** – o resultado financeiro foi de R\$292,6 milhões negativos, ante os R\$230,5 milhões negativos registrados em 2021, impactado pela elevação da taxa de juros durante o ano.
- **Imposto de Renda e Contribuição Social** – Imposto de Renda e Contribuição Social totalizaram R\$24,3 milhões negativos, 1,0% da receita líquida, aumento de 1,6 p.p. na comparação anual.

- Lucro ou (Prejuízo) do exercício – o lucro de 2022 totalizou R\$196,1 milhões, com uma margem de -8,1% da receita líquida, frente ao prejuízo de R\$44,0 milhões e margem líquida de -2,3% em 2021. O crescimento nos resultados de 2022 são explicados principalmente pela reestruturação societária e aumento na base de alunos.

Governança Corporativa

A Controladora direta da Companhia, Cogna, tem suas ações - "COGN3" - listadas no Novo Mercado da B3, segmento com as melhores práticas de Governança Corporativa, reiterando assim o compromisso com a comunidade financeira e com todos os acionistas.

Auditoria Independente

Em atendimento à Instrução CVM nº 162/22, informamos que a KPMG Auditores Independentes Ltda. foi contratada para a prestação dos seguintes serviços em 2022: auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS").

A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não deve exercer funções gerenciais; e (c) não deve prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes. Além disso, a Administração obtém dos auditores independentes declaração de que os serviços especiais prestados não afetam a sua independência profissional.

Declaração da Diretoria Executiva

A Diretoria da EDE declara, nos termos da Instrução CVM n.º 59 datada de 21 de dezembro de 2021, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes Ltda., emitido em 06 de abril de 2023; e (ii) com as demonstrações financeiras contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022

Agradecimentos

A Administração da Companhia agradece toda a confiança e apoio de todos seus alunos de Ensino Superior, instituições de ensino, órgãos governamentais, fornecedores, investidores e colaboradores, que nos ajudam cotidianamente a embarcar em uma nova era, com oportunidades de crescimento conservando o propósito de transformar a vida das pessoas por meio de uma Educação de qualidade.

A ADMINISTRAÇÃO



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400 - Parte, Chácara Santo Antônio,

CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Ao
Conselho de Administração e Acionistas da
Editora e Distribuidora Educacional S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Editora e Distribuidora Educacional S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Editora e Distribuidora Educacional S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Redução ao valor recuperável de unidades geradoras de caixa que contém ágio por expectativa de rentabilidade futura

Veja Notas Explicativas nº 2.10 e 14 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria endereçou esse assunto
<p>Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresenta, em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas valores significativos de ágios por expectativa de rentabilidade futura decorrentes de combinações de negócios, os quais devem ser testados no mínimo anualmente para a identificação da necessidade de reconhecimento de redução ao valor recuperável, conforme norma contábil em vigor.</p> <p>A determinação do valor em uso das unidades geradoras de caixa (UGC) é baseada em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente que envolvem premissas significativas tais como: (i) a margem LAJIDA (Lucro Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização); (ii) taxa de crescimento na perpetuidade; e (iii) taxa de desconto .</p> <p>Devido às incertezas e julgamentos relacionados com as principais premissas utilizadas para estimar os fluxos de caixas futuros das unidades geradoras de caixa, que, se alteradas, poderão resultar em valores substancialmente diferentes dos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras individuais consolidadas, bem como e suas divulgações relacionadas, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">– análise, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, das principais premissas utilizadas pela Companhia para a projeção dos fluxos de caixa futuros comparando-as com informações de mercado disponíveis, com o desempenho histórico e previsões anteriores.– recálculo, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, do valor presente dos fluxos de caixa projetados pela Companhia para cada unidade geradora de caixa;– comparação do valor em uso com o valor dos ágios por expectativa de rentabilidade futura por unidade geradora de caixa; e– avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram todas as informações relevantes. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o valor recuperável das unidades geradoras de caixa que contém ágio por expectativa de rentabilidade futura, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.</p>

Mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas sobre o contas a receber do segmento Kroton

Veja Notas Explicativas nº 2.7 e 8 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresenta, em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, saldos significativos de contas a receber gerado pelas vendas do segmento Kroton. A mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas sobre o contas a receber deste segmento (ensino superior) que é proveniente de alunos com e sem parcelamentos privados, requer um julgamento significativo da Companhia na determinação das principais premissas, as quais incluem: (i) a determinação de perfil de risco do aluno; (ii) índices de inadimplência para alunos evadidos e formados; (iii) expectativa de evasão de alunos ativos; e (iv) expectativa para entrada de caixa para acordos com títulos renegociados.

Devido à complexidade e ao nível de julgamento utilizados na determinação das principais premissas para a mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas do contas a receber do segmento Kroton, bem como ao impacto que eventuais mudanças nestas premissas poderia ter nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram mas não se limitaram a:

- conciliação das bases de dados das principais premissas com os saldos contábeis e relatórios auxiliares financeiros;
- testes documentais, em base amostral, sobre os dados que suportam as principais premissas utilizados na mensuração da provisão para perdas esperadas;
- recálculo dos modelos implementados pela Companhia para a mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas para os alunos com e sem parcelamentos privados e comparação com os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; e
- avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes.

No decorrer de nossa auditoria identificamos ajustes que, apesar de imateriais, afetaram a mensuração da provisão de perdas de crédito esperadas para alunos com parcelamentos privados e sem parcelamentos privados, os quais não foram registrados e divulgados pela Companhia por terem sido considerados imateriais.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas de crédito sobre o contas a receber do segmento Kroton, bem como as divulgações relacionadas, no contexto da auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 06 de abril de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6



Flavio Gozzoli Gonçalves
Contador CRC 1SP290557/O-2

EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S.A.
 BALANÇOS PATRIMONIAIS
 Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 Em milhares de reais

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	4.653	273.636	5.319	338.801
Títulos e valores mobiliários	7	210.330	24.798	371.626	500.598
Contas a receber	8	277.852	508.385	685.435	865.855
Adiantamentos		7.461	39.597	12.116	58.016
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	9	9.925	2.564	27.969	24.880
Tributos a recuperar		-	1.780	313	903
Contas a receber na venda de controladas	10	-	67.388	-	69.489
Outros créditos	11	22.455	29.582	35.735	42.161
Partes relacionadas - outros	25	403.124	163.942	298.821	163.438
Total do ativo circulante		935.800	1.111.672	1.437.334	2.064.141
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Títulos e valores mobiliários	7	41.316	-	41.316	-
Contas a receber	8	19.256	88.261	112.808	139.921
Tributos a recuperar		2.940	2.771	3.995	4.078
Outros créditos	11	20.861	25.439	26.125	30.703
Garantia para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	22.2	516	551	11.827	17.306
Depósitos judiciais	22.1	13.676	15.342	14.602	20.689
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	5.599	12.061	165.353	235.204
Partes relacionadas – outros	25	-	2.212	-	-
Investimentos	12	1.228.584	1.722.077	465.107	931.588
Imobilizado	13	1.030.929	1.192.000	1.670.300	1.890.644
Intangível	14	1.775.639	2.089.986	1.891.443	2.204.695
Total do ativo não circulante		4.139.316	5.150.700	4.402.876	5.474.828
Total do ativo		5.075.116	6.262.372	5.840.210	7.538.969

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S.A.
 BALANÇOS PATRIMONIAIS
 Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 Em milhares de reais

PASSIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Circulante					
Debêntures	15	67.971	6.991	67.971	6.991
Arrendamento por direito de uso	16	35.465	40.427	63.603	65.773
Fornecedores		120.512	196.688	144.097	238.921
Fornecedores risco sacado	17	12.104	11.785	12.298	12.536
Obrigações trabalhistas	18	59.808	137.599	89.751	175.832
Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	68	3.598	514
Tributos a pagar	19	20.002	33.368	28.763	54.329
Adiantamentos de clientes		56.991	68.996	66.700	84.739
Contas a pagar - aquisições	20	6.466	8.836	6.466	8.836
Demais contas a pagar		6.745	7.436	13.536	11.791
Debêntures a receber de partes relacionadas	25	22.724	13.911	22.724	13.911
Partes relacionadas - outros	25	377.150	1.077.312	472.939	1.634.805
		785.938	1.603.417	992.446	2.308.978
Não circulante					
Debêntures	15	164.013	218.643	164.013	218.643
Arrendamento por direito de uso	16	718.626	804.950	1.201.723	1.290.892
Contas a pagar - aquisições	20	12.113	14.575	12.113	14.575
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	21.1	103.389	60.656	127.809	87.145
Passivos assumidos na combinação de negócio	21.1	-	-	13.476	18.278
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	540	31.240	597	31.297
Demais contas a pagar		5.400	11.608	37.578	49.159
Debêntures a receber de partes relacionadas	25	800.218	800.218	800.218	800.218
		1.804.299	1.941.890	2.357.527	2.510.207
Total do passivo		2.590.237	3.545.307	3.349.973	4.819.185
Patrimônio líquido					
Capital social	24.1	2.415.181	2.849.616	2.415.181	2.849.616
Reservas de capital	24.2	122.304	107.138	122.304	107.138
Prejuízos acumulados		(52.606)	(239.689)	(52.606)	(239.689)
		2.484.879	2.717.065	2.484.879	2.717.065
Participação dos não controladores		-	-	5.358	2.719
Total do patrimônio líquido		2.484.879	2.717.065	2.490.237	2.719.784
Total do passivo e patrimônio líquido		5.075.116	6.262.372	5.840.210	7.538.969

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita líquida de vendas e serviços	27	1.625.662	1.455.090	2.422.877	1.950.082
Custo das vendas e serviços	28	(219.472)	(282.119)	(492.991)	(434.499)
Lucro bruto		1.406.190	1.172.971	1.929.886	1.515.583
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas	28	(116.446)	(138.832)	(165.971)	(174.641)
Gerais e administrativas	28	(652.038)	(738.576)	(907.697)	(915.953)
Provisão para perda esperada	28	(128.318)	(174.935)	(267.949)	(251.426)
Outras receitas operacionais	28	4.135	1	9.523	5.691
Outras despesas operacionais	28	(11.216)	(16.979)	(14.821)	(22.092)
Equivalência patrimonial	12	(50.616)	6.350	(70.024)	18.546
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro e impostos		451.691	110.000	512.947	175.708
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	29	60.786	75.065	169.414	146.229
Despesas financeiras	29	(287.103)	(236.739)	(461.981)	(376.683)
		(226.317)	(161.674)	(292.567)	(230.454)
Lucro (prejuízo) operacional antes dos impostos		225.374	(51.674)	220.380	(54.746)
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	23	(81)	81	(11.265)	(1.191)
Diferidos	23	(37.172)	12.336	(13.048)	11.973
		(37.253)	12.417	(24.313)	10.782
Lucro (prejuízo) do exercício		188.121	(39.257)	196.067	(43.964)
Atribuído a:					
Acionistas controladores		188.121	(39.257)	188.121	(39.257)
Acionistas não controladores		-	-	7.946	(4.707)
Prejuízo básico por ação ON - R\$	30	0,08	(0,01)	-	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Lucro (prejuízo) do exercício	188.121	(39.257)	196.067	(43.964)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	188.121	(39.257)	196.067	(43.964)
Atribuído a:				
Acionistas controladores	188.121	(39.257)	188.121	(39.257)
Acionistas não controladores	-	-	7.946	(4.707)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S.A
 DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 Em milhares de reais

	Capital Social	Reservas de capital	Prejuízos acumulados	Controladora Total do patrimônio líquido	Participação dos não controladores	Consolidado Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.849.616	91.579	(200.432)	2.740.763	4.109	2.744.872
Resultado abrangente do exercício						
Prejuízo do exercício	-	-	(39.257)	(39.257)	(4.706)	(43.963)
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	(39.257)	(39.257)	(4.706)	(43.963)
Contribuições e distribuições aos acionistas						
Opções outorgadas reconhecidas	-	15.559	-	15.559	-	15.559
Participação de acionistas minoritários	-	-	-	-	3.316	3.316
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	-	15.559	-	15.559	3.316	18.875
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.849.616	107.138	(239.689)	2.717.065	2.719	2.719.784
Resultado abrangente do exercício						
Prejuízo do exercício	-	-	188.121	188.121	7.946	196.067
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	188.121	188.121	7.946	196.067
Contribuições e distribuições aos acionistas						
Aumento de capital (nota explicativa 24.1)	50.000	-	-	50.000	-	50.000
Reorganização societária (nota explicativa 4)	(484.435)	-	(1.038)	(485.473)	4.832	(480.641)
Perda de participação acionária (nota explicativa 12)	-	4.218	-	4.218	-	4.218
Opções outorgadas reconhecidas (nota explicativa 24.5)	-	10.948	-	10.948	-	10.948
Destinação do lucro líquido do exercício						
Participação de acionistas minoritários (nota explicativa 24.4)	-	-	-	-	(10.139)	(10.139)
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	(434.435)	15.166	(1.038)	(420.307)	(5.307)	(425.614)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.415.181	122.304	(52.606)	2.484.879	5.358	2.490.237

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S.A
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – METODO INDIRETO

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		225.374	(51.674)	220.380	(54.746)
Ajustes para conciliação ao resultado:					
Depreciação e amortização	13 e 14	163.664	192.817	200.576	230.537
Depreciação IFRS-16	28	47.944	49.850	102.813	80.696
Amortização mais valia ágio alocado	28	-	622	4.190	3.889
Provisão para perda esperada	8	128.318	174.935	267.949	251.426
Ajuste a valor presente do contas a receber	8	(12.198)	5.690	(12.450)	(6.542)
Encargos financeiros no recebimento de valores da controladora		42.947	61.774	131.235	130.867
Provisão (reversão) para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis		58.368	28.572	91.562	42.014
Atualização monetária de contas a receber na venda de controladas		(6.454)	(7.937)	(6.454)	(8.238)
Encargos financeiros de empréstimos e debêntures	29	130.129	53.154	130.122	53.154
Encargos financeiros de aquisições	20	1.770	3.369	1.770	3.369
Encargos financeiros arrendamento por direito de uso	16	75.293	87.803	148.316	139.954
Encargos financeiros das provisões tributárias e trabalhistas		16.753	7.786	27.320	12.337
Outorga de opções de ações		10.525	15.558	10.575	15.559
Resultado na venda ou baixa de ativos e outros investimentos		1.775	14.321	5.352	19.693
Rendimentos sobre aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	29	(22.717)	(13.034)	(100.214)	(53.052)
Equivalência patrimonial	12	50.616	(6.350)	70.024	(18.546)
		912.107	617.256	1.293.066	842.371
Variações nos ativos e passivos operacionais:					
(Aumento) redução em contas a receber		(1.535)	(202.222)	(202.458)	(256.750)
(Aumento) redução em adiantamentos		29.778	(18.482)	44.241	(30.159)
(Aumento) redução em tributos a recuperar		(5.466)	20.045	(13.802)	26.692
(Aumento) redução em depósitos judiciais		1.669	1.936	4.967	1.994
(Aumento) redução em partes relacionadas		(290.922)	(320.249)	(187.304)	(31.284)
(Aumento) redução em outros créditos		11.182	(1.952)	6.133	(1.707)
(Redução) aumento em fornecedores		(68.501)	65.158	(80.202)	61.997
(Redução) aumento em fornecedores risco sacado		319	1.644	(238)	559
(Redução) aumento em obrigações trabalhistas		(56.313)	41.357	(70.130)	49.368
(Redução) aumento em tributos a pagar		(13.137)	(6.614)	(2.620)	(21.618)
(Redução) aumento em adiantamento de clientes		(12.005)	(1.520)	(18.039)	(5.682)
Pagamento de contingências tributárias, trabalhistas e cíveis		(32.356)	(42.645)	(50.769)	(65.556)
(Redução) aumento nas demais contas a pagar		4.247	(7.605)	12.012	(13.291)
		479.067	146.107	734.857	556.934
Caixa gerado pelas operações					
Imposto de renda e contribuição social pagos		(284)	(6.654)	(3.878)	(13.697)
Juros de arrendamento por direito de uso pagos		(68.038)	(81.034)	(142.675)	(129.219)
Juros de empréstimos e debêntures pagos	15	(27.291)	(7.351)	(27.291)	(7.351)
Juros em pagamento de valores cedidos da controladora	-	(95.674)	(89.569)	(221.389)	(198.799)
		287.780	(38.501)	339.624	207.868
Caixa líquido (aplicado na) gerado pela atividade operacional					
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
(Investimento) resgate de títulos e valores mobiliários		(204.131)	15.100	187.870	260.395
Adições ao imobilizado	13	(24.103)	(31.925)	(41.362)	(62.523)
Adições ao intangível	14	(75.170)	(97.227)	(86.928)	(106.298)
Caixa cindido em reorganização societária	4	-	-	(30.730)	-
Redução (aumento) de capital em controladas e coligadas		331.206	(12.804)	359.829	-
Recebimento pela venda de controladas		75.943	-	75.943	-
Recebimento de juros sobre capital próprio		11.172	9.664	4.536	7.649
		114.917	(117.192)	469.158	99.223
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento					
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Aumento de capital		50.000	-	50.000	-
Participação de não controladores		-	-	2.553	3.316
Custo de Emissão de Debêntures		-	(2.463)	-	(2.463)
Pagamento de arrendamento por direito de uso		(33.923)	(35.458)	(69.255)	(58.869)
Pagamentos por aquisição de controladas		(6.599)	(5.986)	(6.599)	(5.986)
Pagamento de valores cedidos pela controladora		(681.158)	(143.328)	(1.118.963)	(1.033.434)
		(671.680)	(187.235)	(1.142.264)	(1.097.436)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento					
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa					
		(268.983)	(342.928)	(333.482)	(790.345)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	273.636	616.564	338.801	1.129.146
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	6	4.653	273.636	5.319	338.801
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		(268.983)	(342.928)	(333.482)	(790.345)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A Editora e Distribuidora Educacional S.A. (“Companhia” ou “EDE”), com sede na Rua Santa Madalena Sofia, 25, na cidade de Belo Horizonte - MG, e suas controladas (“Consolidado” ou “Grupo”) têm como principais atividades a oferta de cursos de ensino superior e pós-graduação presencial e à distância, soluções educacionais para ensino técnico e superior, entre outras atividades complementares, tais como o desenvolvimento de tecnologia da educação com serviços para gestão e formação complementar, além de assessorar e/ou viabilizar a possibilidade de financiamento direto e indireto de alunos em relação às suas respectivas modalidades escolares e o desenvolvimento de *software* para ensino adaptativo e otimização de gestão acadêmica.

A controladora direta da Companhia é a Cogna Educação S.A, e suas controladas diretas, indiretas e coligadas estão descritas na nota explicativa 12.

As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas para emissão pela Administração da Companhia em reunião realizada em 06 de abril de 2023.

2. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, estão apresentadas e resumidas a seguir ou nas notas da respectiva rubrica, e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de certos ativos financeiros, outros ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

2.2. Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. As empresas controladas incluídas na consolidação estão descritas na nota a seguir.

a) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo detém o controle, isto é, quando está exposto ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Os investimentos em controladas é avaliado pelo método da equivalência patrimonial, cujo investimento é reconhecido inicialmente pelo custo de aquisição e, posteriormente ajustado pelas alterações dos ativos líquidos das investidas. Os investimentos em operações controladas em conjunto (quando aplicáveis) são reconhecidos proporcionalmente em relação à participação na operação em conjunto.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das novas controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

A seguir apresentamos a relação das empresas controladas pela Companhia para os exercícios findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

<u>Sociedades consolidadas</u>	Participação %	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Orme - Orme Serviços Educacionais	99,99	99,99
Projecta - Projecta Educacional	99,99	99,99
Cepar - Centro De Ensino Superior De Parauapebas Ltda	99,99	99,99
Cemar - Centro De Ensino Superior De Maraba Ltda	99,99	99,99
Cesupar - Centro De Ensino Superior De Paragominas Ltda.	99,99	99,99
União - União de Ensino Unopar	99,99	99,99
Unic Educacional - Unic Educacional	99,99	99,99
PSES - Pitágoras Sistema de Ensino Sociedade (i)	0,00	99,99
Unime Salvador - Iuni Educacional	99,99	99,99
Platos Soluções Educacionais S.A	68,07	68,07
Eduquer Serviços Educacionais Ltda.	99,99	99,99

(i) Em 31/12/2022 ocorreu a reorganização societária na PSES, conforme nota explicativa 4.

b) Coligadas

As coligadas são aquelas entidades nas quais o Grupo, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controla ou controla em conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.

Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo do exercício, e outros resultados abrangentes da investida até a data em que há influência.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as demonstrações financeiras da Companhia incluem as seguintes empresas coligadas:

<u>Sociedades coligadas</u>	Participação %	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
AESAPAR- Anhanguera Educacional Participações S.A	15,45	14,44
Saber – Saber Serviços Educacionais S.A	37,96	37,96

c) Participação de acionistas não controladores

O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "ajustes de avaliação patrimonial".

d) Unidades Geradoras de Caixa - UGC

Com a alteração dos segmentos operacionais, para fins de avaliação de impairment, esses ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, sendo: (i) Kroton. Para maiores informações sobre as análises de impairment, vide nota explicativa 14.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual ela atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais (R\$), que corresponde a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Demonstração do resultado abrangente

Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação, quando aplicáveis) que, em conformidade com os procedimentos não são reconhecidos na demonstração do resultado como requeridos ou permitidos pelos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, quando aplicáveis. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o Grupo não apresentou outros itens além dos resultados dos exercícios apresentados nas demonstrações do resultado individuais e consolidadas.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalente de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e outros investimentos de curto prazo, de alta liquidez, os quais são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

2.6. Ativos e passivos financeiros

Todos os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ou ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Compreendem o caixa e equivalentes de caixa, além dos títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes e contas a receber pela venda de controladas.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais, e;
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros, e;
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado.

Os investimentos da Companhia são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado na rubrica de "Receitas financeiras" no período em que ocorrem.

Considerando sua respectiva natureza, em 31 de dezembro de 2022 os ativos financeiros da Companhia estão classificados como mensurados ao custo amortizado, exceto pelos títulos e valores mobiliários e pelos instrumentos financeiros derivativos, que estão mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Compreendem empréstimos e debêntures, além de saldos a pagar a fornecedores e operações de risco sacado.

O Grupo deixa de reconhecer um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também deixa de reconhecer um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Impairment de ativos financeiros

O Grupo avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de créditos associados aos títulos de dívida registrados ao custo de amortização e ao valor justo por meio do resultado. A metodologia aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, o Grupo reconhece as perdas esperadas a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis e conforme as faixas de vencimento dos títulos e rolagem entre as faixas, conforme descrito na nota explicativa 8 (c).

2.7. Contas a receber de clientes

Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços pelo Grupo.

A receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente por valor igual ao preço estimado da transação.

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado, com o uso do método da taxa de juros efetiva, menos a provisão para “*impairment*”. A provisão para perdas é estabelecida desde o faturamento com base nas performances apresentadas pelas diversas linhas de negócio e respectivas expectativas de cobrança até 365 dias do vencimento.

A Companhia constitui mensalmente a provisão para perda esperada analisando os valores de recebíveis constituídos a cada mês no período de 12 meses para o segmento Kroton e as respectivas aberturas por faixas de atraso, calculando sua “*performance*” de recuperação. Nessa metodologia, para cada faixa de atraso é atribuído um percentual de probabilidade de perda estimada levando em conta informações atuais e prospectivas sobre o prospectivas sobre o histórico de inadimplência de cada produto. A Companhia considera a expectativa de entrada de caixa esperada para seus acordos sobre títulos renegociados com vencimento maior de 360 dias, e adicionalmente o cálculo da provisão para perdas esperadas considera uma expectativa de recuperação dos títulos renegociados, baseado na média histórica do evento caixa da entrada da renegociação com o aluno. Adicionalmente, para os casos de grandes clientes que apresentam alto risco de não recebimento são provisionados em sua totalidade.

Com relação ao PEP – Parcelamento Especial Privado - a Companhia constitui provisão para perda esperada relacionada aos recebíveis, utilizando o percentual de 58,8% da respectiva receita líquida, o qual reflete a melhor estimativa da administração quanto à futura inadimplência. Este percentual leva em consideração principalmente: a) a expectativa futura de perda para alunos com parcelamentos, que é superior à média dos alunos pagantes; e b) o percentual de evasão histórica de alunos. Esse percentual é reavaliado com base nos títulos em aberto na data base das contas a receber, conforme apresentado na nota explicativa 8. Adicionalmente a Companhia não oferta mais esse produto para novos ingressantes desde o ano de 2021.

Com relação ao PMT – Parcelamento de Matrícula Tardia, a Companhia segue processo análogo ao citado anteriormente com relação ao PEP, entretanto, a constituição de provisão para perda esperada relacionada aos recebíveis é realizada considerando o percentual de 66% da respectiva receita líquida.

2.8. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui o custo de aquisição, formação ou construção. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados à aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos a seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Vida útil (anos)</u>	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Equipamentos de informática	5	5
Móveis, equipamentos e utensílios	10	10
Biblioteca	10	10
Edificações e benfeitorias ¹	25	25

(i) As edificações e benfeitorias tem vida útil definida de acordo com o prazo de vencimento do contrato de locação.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

A Companhia revisou a vida útil de seus ativos e concluiu que as taxas de depreciação utilizadas são condizentes com suas operações em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

O valor contábil de um ativo será imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos na rubrica “Outras despesas (receitas) operacionais”, na demonstração do resultado.

2.9. Intangível

Os ativos intangíveis estão demonstrados pelos custos de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*) e são compostos por direitos e concessões que incluem, principalmente, softwares, relacionados as licenças de programas de computador, marcas registradas, licenças de operação, além do ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), decorrente de combinação de negócio, e também as relações com clientes, contratuais ou não. Adicionalmente, é realizada anualmente a revisão de vida útil dos ativos intangíveis. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A seguir apresentamos maior detalhamento de cada um deles:

a) Ágio

O ágio é representado pela diferença entre a contraprestação transferida e o valor justo de ativos líquidos identificáveis e passivos assumidos em uma combinação de negócios.

b) Softwares e produção de conteúdo

As licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados ao longo da vida útil estimada dos respectivos softwares, em até 5 anos.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software ou projeto, incluem os custos com empregados alocados no seu desenvolvimento e uma parcela adequada das despesas diretas e são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis.

Os custos com desenvolvimento que não atendem aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesas não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

c) Marcas registradas

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e licenças, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de 20 a 30 anos.

d) Licença de operação e parceira de polo

O polo é uma unidade operacional local que pode ser tanto próprio quanto de terceiros (parceiros) e tem a responsabilidade de oferecer a estrutura ao aluno em recursos audiovisuais, biblioteca e informática, de modo que suportem a prática do ensino à distância. A amortização é calculada usando o método linear durante o prazo estimado para utilização da licença, no período de até 25 anos.

e) Relações contratuais com clientes (“carteira de clientes”)

As carteiras de clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais com clientes têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente, em até 12 anos.

f) Relações não contratuais com clientes (“acordo de não concorrência”)

O relacionamento não contratual com clientes, ou carteira de alunos, representa um ativo intangível chave que é separável e com valor distinto dos ativos tangíveis adquiridos e do ágio. O Relacionamento não contratual com clientes tem vida útil definida de 13 anos e é contabilizado pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente.

2.10. “*Impairment*” de ativos não financeiros

Ativos que têm vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação de *impairment*, esses ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, sendo: (i) Kroton, e; (ii) Platos.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. Maiores informações relativas ao teste de recuperabilidade dos ativos intangíveis de ágio estão descritas na nota explicativa 14(b).

2.11. Fornecedores (incluindo risco sacado)

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros.

Alguns fornecedores nacionais têm a opção de ceder recebíveis da Companhia, sem direito de regresso, para instituições financeiras de primeira linha. Através dessas operações, os fornecedores podem antecipar seus recebimentos com custos financeiros reduzidos, uma vez que as instituições financeiras consideram o risco de crédito da Companhia. A operação não altera os prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos com os fornecedores. A Companhia classifica estas operações em rubrica contábil específica denominada “fornecedores – risco sacado”. Nas demonstrações do fluxo de caixa, estes valores são alocados como atividade operacional, visto que tal transação tem caráter semelhante à de contas a pagar aos fornecedores. Adicionalmente a Companhia, conforme pronunciamento técnico CPC 12, ajusta a valor presente o passivo assumido junto aos fornecedores segregando os juros embutidos em cada negociação e apropriando em seu resultado financeiro, na rubrica de despesas financeiras.

2.12. Debêntures

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos, e são subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

São classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após as datas dos balanços.

2.13. Arrendamento por direito de uso

A partir de 1º de janeiro de 2019, a Companhia adotou o CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil. A nova norma substituiu a IAS 17 – “Operações de Arrendamento Mercantil”, onde arrendatários de imóveis passam a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso dos ativos arrendados para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais. Fora do escopo dessa nova norma ficaram apenas contratos de curto prazo ou de baixo valor.

O reconhecimento de ativos de direito de uso e de passivos de arrendamento no balanço patrimonial é inicialmente realizado considerando a mensuração pelo valor presente dos pagamentos mínimos futuros do arrendamento. Adicionalmente, nas Demonstrações dos Fluxos de caixa da Companhia, é realizada separação do montante total de caixa pago nestas operações entre principal (apresentada dentro das atividades de financiamento) e juros (apresentados nas atividades operacionais).

2.14. Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis

As provisões para perdas relacionadas a processos judiciais e administrativos trabalhistas, tributários e cíveis são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.15. Passivos assumidos na combinação de negócio

No contexto do CPC 15 - Combinação de negócios - a Companhia, com base nos relatórios dos seus assessores jurídicos e financeiros, provisiona os passivos assumidos na combinação de negócio. Estes são reconhecidos quando a Companhia encontra potenciais não conformidades em relação a práticas passadas de controladas adquiridas pela Companhia quanto ao cumprimento da legislação trabalhista, cível e tributária e relacionadas ao período que pertencia aos vendedores das empresas adquiridas.

A Companhia reconhece, contabilmente, potenciais as obrigações resultantes de eventos passados cujo valor justo possa ser razoavelmente mensurado, ainda que dependa da ocorrência de eventos futuros para que se materialize em contingências.

2.16. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O resultado tributário do exercício compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL correntes e diferidos, calculado sobre o lucro apurado antes dos impostos e reconhecido na demonstração de resultado.

O IRPJ e CSLL são calculados com base na aplicação das alíquotas de 25% e 9% respectivamente, ajustado ao lucro real pelas adições e exclusões previstas na legislação. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e demais diferenças temporárias nos saldos dos ativos e passivos para fins fiscais e nas demonstrações financeiras. O ativo e passivo de imposto de renda e contribuição social diferido são registrados integralmente nas demonstrações financeiras, exceto, no caso do ativo, se não forem prováveis que lucros tributáveis futuros sejam realizados, nesse cenário, temos um limitador ao valor do ativo diferido a ser reconhecido. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente, são de 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legal de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando o imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos ativos e passivos se relacionam com o imposto de renda e a contribuição social incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributável, em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

As entidades de ensino superior controladas pela Companhia estão inseridas no Programa Universidade para Todos - Pro Uni, que estabelece, através da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, isenção de determinados impostos federais (PIS, COFINS, IRPJ e CSLL) as instituições de ensino superior que concedam bolsas de estudo integrais e parciais a alunos de baixa renda matriculados em cursos de graduação tradicional e graduação tecnológica. A normativa tem validade até o ano de 2024, sendo renovável por mais 10 anos.

Conforme facultado pela legislação tributária, certas controladas, cujo faturamento anual do exercício anterior tenha sido inferior a R\$78.000, optaram pelo regime de lucro presumido. Para essas empresas, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e a da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas (32% quando a receita for proveniente da prestação de serviços e 100% das receitas financeiras), sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do imposto de renda e da contribuição social.

Em acordo com o descrito na interpretação contábil ICPC22 / IFRIC 23, os passivos relacionados às posições tributárias incertas são reconhecidos somente quando for determinado pela Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos internos e externos, que a autoridade fiscal provavelmente não aceite o tratamento fiscal adotado pela Companhia.

2.17. Prejuízo por ação básico

O prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

2.18. Benefícios a empregados

2.18.1. Benefícios de curto prazo

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

A Companhia também fornece à sua equipe comercial comissões considerando as metas de vendas e receitas existentes, as quais são revisadas periodicamente. Esses valores são provisionados em “obrigações trabalhistas” mensalmente com base no atingimento de tais metas, sendo os pagamentos realizados em certos períodos do ano.

2.18.2. Pagamento baseado em ações

a) Programa de opção de compra de ações

O Grupo oferece aos administradores e empregados considerados estratégicos o programa de opção de ações. O valor justo das opções concedidas é reconhecido como despesa durante o período no qual o direito é adquirido, que representa o período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. A contrapartida é registrada a crédito em reservas de capital - outorga de opções de ações no patrimônio líquido. Nas datas dos balanços, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições estabelecidas. O impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, é reconhecido na demonstração do resultado, prospectivamente.

b) Plano de outorga de ações restritas

Foi aprovado pelos acionistas da Companhia, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 3 de setembro de 2018, a criação de um Plano de Outorga de Ações Restritas como forma de incentivo ao incremento do desempenho e permanência dos administradores e/ou empregados da Companhia ou de outras empresas sob o seu controle direto ou indireto. O valor justo das ações restritas outorgadas é mensurado pelo preço de mercado das ações da Companhia na data da outorga e a concessão das ações restritas será realizada a título não oneroso aos participantes, por meio da transferência de ações mantidas em tesouraria.

c) Plano de Performance Shares

Os acionistas da Companhia aprovaram, em 28 de abril de 2021, a criação do Plano de Opção de Compra de Ações ("Plano de Performance Shares"), o qual tem por objetivo permitir que os outorgados recebam opções que lhes darão o direito de, sujeito a determinadas condições de performance, adquirir e subscrever Ações com vista a: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais e dos resultados da Companhia alinhando o benefício financeiro a ser obtido pelo Outorgado às Metas Anuais, conforme aplicáveis; (b) alinhar os interesses dos Outorgados aos acionistas da Companhia; (c) possibilitar à Companhia manter, no longo prazo, a ela vinculada ou às Subsidiárias, os Outorgados; e (d) incentivar a criação de valor de longo prazo à Companhia.

As opções podem ser outorgadas, inclusive as decorrentes da migração, até o limite máximo de 2% (dois por cento) do capital social total da Companhia na data de aprovação do Plano. Poderão ser eleitos como outorgados os administradores e empregados da Companhia ou de suas Subsidiárias que sejam considerados executivos-chave, ficando todos eles sujeitos à aprovação do Comitê.

2.19. Capital social

As ações ordinárias da Companhia são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opção são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Quando qualquer controlada da Companhia compra ações do capital da própria Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do capital atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, diretamente atribuíveis, e dos respectivos efeitos do IRPJ e da CSLL, é incluído no capital atribuível aos acionistas da Companhia.

2.20. Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante no grupo “Dividendos e juros sobre o capital próprio”, por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia. Entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem às demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações financeiras, será registrada quando do seu efetivo pagamento. O dividendo pago superior ao dividendo mínimo obrigatório é apresentado na linha de “dividendos adicionais propostos” no patrimônio líquido.

2.21. Receita na venda de serviços

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos e ajuste a valor presente, bem como após a eliminação das vendas entre empresas do Grupo.

O CPC 47 / IFRS 15, estabelece um modelo de cinco etapas que se aplicam sobre a receita obtida a partir de um contrato com cliente, independentemente do tipo de transação da receita ou da indústria: (i) Quando as partes do contrato aprovarem o contrato e estiverem comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações; (ii) Quando a entidade puder identificar os direitos de cada parte em relação aos bens ou serviços transferidos; (iii) Quando a entidade puder identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos; (iv) Quando o contrato possuir substância comercial, e; (v) Quando for provável que a entidade receberá a contraprestação a qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente.

A seguir apresentamos as políticas adotadas nas receitas advindas nas vendas de serviços (cursos de ensino superior presencial e ensino superior EAD):

a) Venda de serviços

A receita da Companhia consiste principalmente na prestação de serviços de cursos de ensino superior (graduação) e é reconhecida tendo como base os serviços realizados até a data de encerramento do balanço. As seguintes condições são observadas quando do reconhecimento da receita dos contratos dos alunos, conforme a forma de pagamento do serviço: (i) a existência de um contrato válido e assinado; (ii) o valor dos serviços é facilmente identificável e, (iii) é provável que a entidade receberá a contraprestação dos serviços prestados.

As mensalidades dos cursos e os respectivos descontos variam de acordo com o curso, a unidade ou o termo acadêmico. São cobradas seis mensalidades a cada semestre, sendo a primeira considerada usualmente como matrícula. O vínculo dos alunos acontece sempre em períodos semestrais e a renovação por parte do aluno acontece dependendo do atendimento das obrigações acadêmicas e contratuais, no final do semestre letivo.

Os alunos FIES (Programa de Financiamento Estudantil), que possuem contratos financiados no âmbito desse programa governamental, necessitam realizar a validação e aditamento do contrato junto ao FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento de Educação). A Companhia realiza procedimentos adicionais de validação e conferência, inclusive, mas não se limitando, ao acompanhamento do status do processo de aditamento dos contratos dos alunos no SisFies (Sistema Informatizado do FIES), com a finalidade de garantir que ocorrerá o recebimento das parcelas de forma normal e recorrente. Adicionalmente, o aluno assina um contrato de prestação de serviços educacionais com a Instituição Educacional (universidade ou faculdade) e, em caso de inadimplência, esta pode efetuar a cobrança diretamente ao aluno.

Para as mensalidades dos cursos de educação à distância – EAD, é repassado ao polo parceiro que ministra as aulas tele presenciais um percentual entre 30% e 36%, que varia de acordo com o tamanho das turmas operadas e possui regras específicas que podem variar para cada polo. O acordo contratual entre as controladas e o polo é uma operação em conjunto e estabelece os direitos das partes integrantes sobre as respectivas receitas e as obrigações pelas respectivas despesas, dessa forma, a receita é reconhecida apenas sobre parcela referente à participação da Companhia e suas controladas. No momento do recebimento da mensalidade do aluno é criado contas a pagar para os polos parceiros.

O polo é uma unidade operacional local que pode ser tanto própria quanto de terceiros (parceiros) e tem a responsabilidade de oferecer a estrutura ao aluno em recursos audiovisuais, biblioteca e informática, de modo que suportem a prática do ensino à distância.

2.22. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem, principalmente:

- Receita de juros sobre mensalidades dos alunos;
- Despesa de juros proveniente de empréstimos e debentures contraídos;
- Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Despesas de atualização monetária de contingências e dos passivos assumidos na combinação de negócios;

As receitas são reconhecidas conforme a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Adicionalmente, são reconhecidas por meio do método de juros efetivos.

2.23. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração, no mercado primário ou, na sua falta, no mais vantajoso mercado ao qual a Companhia tenha acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete seu risco de não desempenho, o que inclui, entre outros, o risco de crédito do próprio negócio.

Se não houver preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em consideração ao precificar uma transação. Se um ativo ou passivo mensurado pelo valor justo tiver um preço de compra e venda, o Grupo mede os ativos com base nos preços de compra e no passivo com base nos preços de venda. Um mercado é considerado ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrerem com frequência e volume suficientes para fornecer informações sobre preços continuamente.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é geralmente o preço da transação, ou seja, o valor justo da contraprestação dada ou recebida. Se o Negócio determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado por um preço cotado em um mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico ou por uma técnica de avaliação para a qual qualquer valor não observável. Como os dados são considerados insignificantes em relação à mensuração, o instrumento financeiro é inicialmente mensurado pelo valor justo, ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Essa diferença é subsequentemente reconhecida na demonstração combinada do resultado ou outro resultado abrangente de forma adequada ao longo da vida útil do instrumento, ou até o momento em que sua avaliação seja totalmente suportada por dados observáveis de mercado ou a transação seja fechada, o que ocorrer primeiro.

Para fornecer uma indicação sobre a confiabilidade dos dados utilizados na determinação do valor justo, a Companhia classificou seus instrumentos financeiros de acordo com os julgamentos e estimativas dos dados observáveis, tanto quanto possível. A hierarquia do valor justo baseia-se no grau em que o valor justo é observável usado nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: As mensurações do valor justo são aquelas derivadas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2: As mensurações do valor justo são aquelas derivadas de insumos que não os preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e
- Nível 3: As mensurações do valor justo são aquelas derivadas de técnicas de avaliação que incluem entradas para o ativo ou passivo que não são baseadas em dados observáveis de mercado (entradas não observáveis).

2.24. Novas normas, alterações e interpretações emitidas e ainda não aplicáveis

As seguintes normas entrarão em vigor em período posterior à emissão das Demonstrações Financeiras:

2.24.1. CPC 50 / IFRS 17 – Contratos de seguros

Este pronunciamento substituirá a norma atualmente vigente CPC 11 / IFRS 4, após processo de revisão da norma internacional realizado pelo IASB. O objetivo do CPC 50 – Contratos de seguro é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes, que representem de forma fidedigna a essência destes contratos, por meio de um modelo de contabilidade consistente.

Este pronunciamento é aplicável aos exercícios de relatório anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2023.

A Administração está em avaliação de possíveis impactos, sendo que até o momento não houve nenhum indício de necessidade de algum reconhecimento ou divulgação.

2.24.2. Alterações à CPC 32/ IAS 12 – Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos

As alterações introduzem uma outra exceção à isenção do reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, uma entidade não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e não afete nem o lucro contábil nem o lucro tributável. Por exemplo, isso pode surgir no reconhecimento de um passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso correspondente aplicando o CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Arrendamentos na data de início de um arrendamento.

Em consonância com as alterações do CPC 32/IAS 12, uma entidade é obrigada a reconhecer os respectivos ativos e passivos diferidos, sendo que o reconhecimento de ativo fiscal diferido está sujeito aos critérios de recuperabilidade da CPC 32/IAS 12. Este pronunciamento é aplicável aos exercícios de relatório anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2023.

A Administração está em avaliação de possíveis impactos, sendo que até o momento não houve nenhum indício de necessidade de algum reconhecimento ou divulgação.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Na preparação das demonstrações financeiras, a Companhia adota estimativas e julgamentos contábeis, os quais são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis e relevantes para as circunstâncias. Com base nestas premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro e que podem resultar diferentes aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidades de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão descritas a seguir:

3.1. Julgamentos

a) Determinação do período de locação

As controladas da Companhia possuem contratos de locação onde atuam como locatárias dos imóveis que são utilizados para realização das aulas presenciais (relacionados as operações do Ensino Superior). Ao determinar o prazo do arrendamento, a Administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para exercer uma opção de prorrogação. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de rescisão) só são incluídas no prazo do arrendamento se for razoavelmente certo dessa opção ser exercida (ou o contrato não ser rescindido). Para as locações de prédios os seguintes fatores normalmente são os mais relevantes:

- a) Se houver penalidades significativas por rescisão (ou não prorrogação), a Companhia está razoavelmente certa de prorrogar (ou não rescindir) o arrendamento.
- b) Se houver benfeitorias no arrendamento com saldos residuais significativos, a Companhia está razoavelmente certa de estender (ou não rescindir) o arrendamento.
- c) Além disso, a Companhia considera outros fatores, incluindo práticas históricas relacionadas ao uso de categorias específicas de ativos (arrendados ou próprios), bem como a duração histórica dos arrendamentos e os custos necessários para substituir o ativo arrendado.

3.2. Estimativas

a) Avaliação da existência de perda por redução ao valor recuperável (“*impairment*”) nos ágios

Anualmente, o Grupo testa eventuais perdas (“*impairment*”) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na nota explicativa 2.10 e 14(b). Os valores recuperáveis de UGCs foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas.

As premissas do modelo de longo prazo utilizado no cálculo do teste de *impairment* foram apreciadas e aprovadas pela Administração, assim como as taxas utilizadas. Os cálculos e o teste de *impairment*, em si, foram elaborados pela administração, seguindo as normativas contábeis.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O método do passivo (conforme o conceito descrito na IAS 12 - “*Liability Method*”) de contabilização do imposto de renda e contribuição social diferido é usado para as diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e os respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda e contribuição social diferido ativo é revisado na data de cada balanço e reduzido ao montante que não seja mais realizável por meio de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas para determinação dos ativos fiscais diferidos. Maiores detalhes estão apresentados na nota explicativa 22.

c) Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis

O Grupo é parte em diversos processos judiciais e administrativos e constitui provisão para todos os processos judiciais cuja expectativa de perdas seja provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos, internos e externos, do Grupo e suas controladas. Adicionalmente o Grupo também constitui provisão para os processos judiciais com expectativa de perda possível decorrente as combinações de negócios, conforme descrito nas notas 2.15 e 21.3. A Administração acredita que essa provisão é suficiente e está corretamente apresentada nas demonstrações financeiras.

d) Provisão para perda esperada de contas a receber

Conforme descrito na nota explicativa 2.7, a Companhia efetua análises das contas a receber de mensalidades e outras operações, considerando os riscos envolvidos, e registra provisão para cobrir potenciais perdas na sua realização, conforme apresentado na nota explicativa 8 (c).

e) Determinação do ajuste a valor presente de determinados ativos e passivos

Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Companhia, a Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas.

f) Reconhecimento de receita

Para determinar o momento em que os cinco critérios para reconhecimento de receita, descritos na nota 2.21, são atingidos, a Administração exerce seu julgamento principalmente para os títulos referentes a alunos com financiamentos como PEP e FIES.

Adicionalmente, como descrito na nota explicativa 2.21, para mensalidades dos cursos de educação à distância – EAD, a Companhia reconhece apenas a receita sobre parcela referente à sua participação.

g) Alocação de preço de aquisição – Combinação de negócios e tratamento contábil dos compromissos assumidos para aquisição de participação remanescentes de não controladores

Durante o processo de alocação do preço de aquisição em uma combinação de negócios, a administração utiliza premissas (taxa de crescimento, projeções, taxa de desconto, vida útil, entre outros) as quais envolvem um nível significativo de estimas e julgamentos.

4. Reorganização societária

Ao longo do ano de 2022, o Grupo Cogna realizou diversas reestruturações societárias internas com o intuito de segregar as operações referentes aos cursos de Ensino Superior das áreas de saúde e medicina do Grupo Cogna. Por meio destas operações determinadas unidades da Controlada PSES – Pitágoras Sistema de Ensino Sociedade foram migradas para a sociedade Orme Serviços Educacionais, e em paralelo, a sociedade PSES incorporou unidades cindidas de Anhanguera Educacional Participações S.A. (AESAPAR) e de Editora e Distribuidora Educacional S.A. (EDE), bem como a sociedade Bacabal Mearim Sistemas de Ensino Ltda (FEBAC) – anteriormente controlada por AESAPAR.

No mesmo período, a Companhia sofreu redução em seu capital social no montante de R\$ 485.473, cedendo por meio desta operação 100% de sua participação na controlada PSES - Pitágoras Sistema de Ensino Sociedade à sua Controladora Cogna Educação S.A., o que impactou, por consequência, os saldos de seu consolidado. As movimentações foram demonstradas abaixo:

1. Em 01 de janeiro de 2022 e 01 de julho de 2022 ocorreram capitalizações com ativos da EDE para PSES do acervo líquido das unidades CUIABA e LAURO DE FREITAS;
2. Em 01 de julho de 2022 ocorreu a incorporação da cisão parcial da coligada Aesapar correspondente ao acervo líquido da unidade de CAMPO GRANDE;
3. Em 01 de julho de 2022 ocorreu a incorporação da coligada FEBAC pela PSES correspondente ao acervo líquido da unidade de BACABAL;
4. Em 31 de dezembro de 2022 ocorreu a redução de capital com transferência de 100% do investimento da PSES de EDE para Cogna;

EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora			Consolidado					
	EDE DropDown em PSES (1)	Redução de Capital EDE para Cogna	Total das Reorganizações Societárias	PSES Incorporou Cisão AESAPAR (2)	PSES Incorporou FEBAC (3)	PSES passa 100% para Cogna (4)	Redução de Capital PSES para Cogna	Eliminadora	Total das Reorganizações Societárias
Ativo circulante									
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-	-	1	12.361	(43.092)	-	-	(30.730)
Contas a receber	(132.899)	-	(132.899)	71.221	1.875	(176.836)	-	-	(103.740)
Tributos a recuperar	-	-	-	-	1.366	(16.630)	-	-	(15.264)
Adiantamentos	(2.358)	-	(2.358)	48	73	(1.780)	-	-	(1.659)
Despesas antecipadas	(523)	-	(523)	6.836	3	(8.224)	-	-	(1.385)
Partes Relacionadas	-	-	-	-	1.203	(170.621)	-	-	(169.418)
Outros Créditos	-	-	-	-	42	(3.528)	-	-	(3.486)
Total ativo circulante	(135.780)	-	(135.780)	78.106	16.923	(420.711)	-	-	(325.682)
Ativo não circulante									
Contas a receber	(52.054)	-	(52.054)	14.538	949	(66.239)	-	-	(50.752)
Tributos diferidos	(20.504)	-	(20.504)	34.540	299	(157.217)	-	-	(122.378)
Créditos Judiciais	-	-	-	-	59	(1.179)	-	-	(1.120)
Garantia de Contingências	-	-	-	-	4.371	(2.741)	-	-	1.630
Investimentos	380.332	(485.473)	(105.141)	13.656	(13.656)	-	-	465.699	(19.774)
Imobilizado	(63.247)	-	(63.247)	27.460	1.919	(126.893)	-	-	(97.514)
Arrendamento mercantil	(84.824)	-	(84.824)	119.582	6.110	(246.275)	-	-	(120.583)
Intangível	(273.245)	-	(273.245)	13.984	13	(3.603)	(283.163)	-	(272.769)
Total ativo não circulante	(113.542)	(485.473)	(599.015)	223.760	64	(604.147)	(283.163)	465.699	(683.260)
Total do ativo	(249.322)	(485.473)	(734.795)	301.866	16.987	(1.024.858)	(283.163)	465.699	(1.008.942)
Passivo circulante									
Arrendamento mercantil	(14.684)	-	(14.684)	12.973	652	(17.926)	-	-	(4.301)
Fornecedores	(7.675)	-	(7.675)	10.066	673	(25.361)	-	-	(14.622)
Obrigações trabalhistas	(21.478)	-	(21.478)	10.007	797	(26.755)	-	-	(15.951)
Obrigações tributárias	(378)	-	(378)	-	1.262	(32.389)	-	-	(31.127)
Partes Relacionadas	-	-	-	-	1.798	(159.711)	-	(0)	(157.913)
Demais Passivos	(13.248)	-	(13.248)	2.239	114	(19.986)	-	-	(17.633)
Total passivo circulante	(57.463)	-	(57.463)	35.285	5.296	(282.128)	-	(0)	(241.547)
Passivo não circulante									
Arrendamento mercantil	(109.945)	-	(109.945)	129.641	6.380	(301.359)	-	-	(165.338)
Tributos diferidos	(81.914)	-	(81.914)	-	-	-	(96.275)	-	(96.275)
Contingências	-	-	-	-	5.311	(30.452)	-	-	(25.141)
Total passivo circulante	(191.859)	-	(191.859)	129.641	11.691	(331.811)	(96.275)	-	(286.754)
Total do Passivo	(249.322)	-	(249.322)	164.926	16.987	(613.939)	(96.275)	(0)	(528.301)
Capital Social	-	(484.435)	(484.435)	128.962	-	(303.357)	(186.888)	458.362	(484.435)
Reservas de Capital	-	-	-	-	-	(347)	-	347	-
Lucros acumulados	-	(1.038)	(1.038)	7.978	-	(107.215)	-	2.158	(1.038)
Minoritários	-	-	-	-	-	-	-	4.832	4.832
Total do Patrimônio Líquido	-	(485.473)	(485.473)	136.940	-	(410.919)	(186.888)	465.699	(480.641)

5. Gestão de riscos financeiros

5.1. Considerações gerais e políticas

A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definições de estratégias e implementação de sistemas de controle, sendo definidos pelo Conselho de Administração da Companhia. A aderência das posições de tesouraria em instrumentos financeiros é apresentada e avaliada mensalmente pelo Comitê de Tesouraria da Companhia e posteriormente submetida à apreciação dos Comitês de Auditoria e Executivo.

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas para cada situação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas aqui apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação poderá ter um efeito relevante no montante do valor de mercado. A seguir apresentamos os valores justos dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2022:

	Hierarquia do valor justo	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativo - Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa		4.653	273.636	5.319	338.801
Contas a receber		297.108	596.646	798.243	1.005.776
Contas a receber na venda de controladas		-	67.388	-	69.489
Outros créditos		43.316	55.021	61.860	72.864
Partes relacionadas		403.124	166.154	298.821	163.438
		748.201	1.158.845	1.164.243	1.650.368
Ativo - Valor justo por meio do resultado					
Títulos e valores mobiliários	1	251.646	24.798	412.942	500.598
		251.646	24.798	412.942	500.598
Passivo - Custo amortizado					
Debêntures		231.984	225.634	231.984	225.634
Fornecedores		120.512	196.688	144.097	238.921
Fornecedores risco sacado		12.104	11.785	12.298	12.536
Contas a pagar – aquisições		18.579	23.411	18.579	23.411
Demais contas a pagar		12.145	19.044	51.114	60.950
Debêntures a receber de partes relacionadas		822.942	814.128	822.942	814.128
Partes relacionadas – outros		377.150	1.077.313	472.939	1.634.805
		1.595.416	2.368.003	1.753.953	3.010.386

Os ativos e passivos financeiros da Companhia estão registrados nas contas patrimoniais por valores compatíveis àqueles praticados no mercado.

5.2. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia estão expostas a riscos financeiros de mercado, de crédito e de liquidez.

A Administração da Companhia e o Conselho de Administração supervisionam a gestão desses riscos em alinhamento com os objetivos na gestão de capital:

a) Política de utilização de instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas não realizaram qualquer operação com derivativos durante o ano de 2022.

b) Risco de mercado – risco de fluxo de caixa associado à taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de o Grupo incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures captados no mercado e contas a pagar a terceiros por aquisições parceladas. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger do risco de volatilidade dessas taxas.

As taxas de juros contratadas são demonstradas a seguir:

			Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	Taxa de Juros
Debêntures	231.984	225.634	CDI + 2,75% a.a.
Contas a pagar por aquisições	18.579	23.411	CDI
Debêntures a receber de partes relacionadas	822.942	814.128	CDI
Partes relacionadas – outros	472.939	1.634.805	CDI
Total	1.546.444	2.697.978	

c) Risco de crédito

É o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, e outros instrumentos financeiros. A Companhia mantém provisões adequadas no balanço para fazer face a esses riscos:

Contas a receber – Ensino Superior

A política de vendas do Grupo acompanha o risco inerente a seu segmento de atuação e é limitado pelas regras do Governo Federal (Lei nº 9.870/99, que dispõe sobre o valor total das anuidades escolares). A legislação permite a não renovação da matrícula do aluno em caso de inadimplência para o semestre seguinte, fazendo com que ele negocie seus débitos com a instituição. A diversificação de sua carteira de recebíveis, assim como o acompanhamento dos prazos, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. Apresentamos a seguir a política aplicada para os produtos ofertados:

FIES: Para os alunos contemplados pelo Fundo de Financiamento Estudantil - FIES, a Companhia tem parte substancial dos créditos garantidos pelo Fundo de Garantia das Operações de Crédito Educativo ("FGEDUC"). Para a parcela de crédito não garantida pelo programa, a Companhia estima o potencial de inadimplência e constitui a respectiva provisão.

PEP: A partir de 2015, a Companhia ofereceu ao aluno um produto de Parcelamento Estudantil Privado (PEP) - com o objetivo principal de ofertar uma alternativa de pagamento para o aluno que não obteve o FIES. O produto tem como objetivo financiar parte do curso, de 70% a 50% do valor da mensalidade, com atualização do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), a serem pagos com o mesmo prazo de duração do curso escolhido, após sua conclusão. A partir de 2018, para os novos ingressantes (exceto na Faculdade Anhanguera), a Companhia realizou uma alteração no vencimento das parcelas financiadas, estabelecendo que o prazo de pagamento da parte parcelada do primeiro semestre em que o aluno optou por esse produto seria transferida para o semestre subsequente. Dessa forma, no segundo semestre, o aluno pagaria as parcelas financiadas no primeiro semestre e novas receitas com vencimentos nos semestres seguintes, sendo reconhecidas como receitas de parcelamento privado. As contas a receber de longo prazo dos alunos beneficiados pelo PEP são ajustadas a valor presente. Adicionalmente, a partir do ciclo 2021 a Companhia decidiu não mais ofertar o produto PEP para novos ingressantes.

PMT: A partir do segundo semestre de 2016, a Companhia ofereceu ao aluno um produto de Parcelamento de Matrícula Tardia (PMT) - com o objetivo principal de viabilizar a captação de calouros com matrícula tardia. Esse conceito aplicava-se aos alunos que ainda não tinham efetivado suas matrículas, pois ingressaram após o início das aulas, mas em tempo hábil para completar a carga horária mínima do semestre. Inicialmente, o plano ofertava ao aluno a condição de pagamento destas parcelas iniciais do semestre nos meses subsequentes a sua formatura. No segundo semestre de 2021, a Companhia procedeu com uma mudança na oferta desse produto, considerando que nas novas captações de alunos as mensalidades postergadas serão diluídas ao longo do curso e não mais pagas apenas posteriormente a formatura.

As contas a receber de clientes são compostas principalmente por clientes pessoa física, vinculados à prestação de serviços de graduação e negociações de dívida. O risco desse grupo é administrado conforme *aging* do vencimento dos títulos de dívidas de cada aluno.

Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a instrumentos financeiros e depósitos em bancos e aplicações financeiras realizando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e de acordo com limites previamente estabelecidos na política da Companhia.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e Equivalentes de caixa (nota explicativa 5)				
AAA (i)	169	273.575	410	338.618
AA (ii)	355	61	217	183
Não aplicável	4.129	-	4.692	-
	4.653	273.636	5.319	338.801
Títulos e valores mobiliários (nota explicativa 6)				
AAA (i)	170.688	-	331.984	436.915
AA (ii)	80.958	24.798	80.958	63.683
	251.646	24.798	412.942	500.598

EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Uma vez que o Santander Brasil não é avaliado pela Fitch, foi utilizado o *rating* da agência *Standard & Poor's*, para classificação das aplicações emitidas pela instituição financeira no montante de R\$ 120.325, sendo R\$ 4.692 alocados em caixa e equivalentes de caixa, e R\$ 115.633 alocados em títulos e valores mobiliários.
- (ii) As aplicações em títulos do Tesouro Nacional são classificadas pelo rating Brasil considerando a escala global que é de BB-, sendo que na correspondência de rating em escala global e local essa classificação é alocada em AA

A variação na classificação dos saldos entre períodos é atribuída às mudanças de “*rating*” pela agência de classificação de risco, Fitch Ratings.

d) Risco de liquidez

Consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir seus compromissos em virtude dos diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O fluxo de caixa da Companhia e de suas controladas é realizada de forma centralizada pelo departamento de finanças do Grupo, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez das entidades para assegurar que tenham caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais. O Grupo também monitora constantemente o saldo de caixa e o nível de endividamento das empresas e implementa medidas para que as empresas recebam eventuais aportes de capital e/ou acessem o mercado de capitais quando necessário, e para que se mantenham dentro dos limites de créditos existentes. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas de indicadores de liquidez do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias.

O excesso de caixa mantido pelas entidades, além do saldo exigido para administração do capital circulante é, também, gerido de forma centralizada pelo Grupo. A tesouraria investe o excesso de caixa em depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente, de modo a manter a Companhia com volume apropriado de recursos para manter suas operações.

Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a debêntures, contas a pagar a fornecedores e contas a pagar por aquisições. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações do Grupo.

Na tabela a seguir estão analisados os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente do título ou do passivo.

Passivos financeiros por faixa de vencimento

				Consolidado
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2022				
Fornecedores	144.097	-	-	144.097
Fornecedores - Risco Sacado	12.298	-	-	12.298
Debêntures	67.971	54.630	109.383	231.984
Contas a pagar por aquisições	6.466	5.941	6.172	18.579
Debêntures a receber de partes relacionadas	22.724	-	800.218	822.942
Partes relacionadas – outros	472.939	-	-	472.939
	726.495	60.571	915.773	1.702.839

Passivos financeiros por faixa de vencimento – Projetado ⁽ⁱ⁾

				Consolidado
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2022				
Fornecedores	144.097	-	-	144.097
Fornecedores - Risco Sacado	12.298	-	-	12.298
Debêntures	76.420	61.421	122.979	260.820
Contas a pagar por aquisições	7.270	6.679	6.939	20.888
Debêntures a receber de partes relacionadas	25.549	-	899.686	925.235
Partes relacionadas – outros	531.726	-	-	531.726
	797.360	68.100	1.029.604	1.895.064

(i) Considera o cenário base mais provável em um horizonte de 12 meses. Taxas projetadas: CDI – 12,43% e IPCA – 5,78% ao ano.

5.3. Gestão de capital

Os objetivos principais da gestão de capital da Companhia são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade, oferecer bons retornos aos acionistas e confiabilidade às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal com foco na redução do custo financeiro, maximizando o retorno ao acionista.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos e de devolução de capital aos acionistas ou ainda emitir novas ações ou recomprar ações.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresenta estrutura de capital destinada a viabilizar a estratégia de crescimento, seja organicamente, seja por meio de aquisições. As decisões de investimento levam em consideração o potencial de retorno esperado.

Os índices de alavancagem financeira estão demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Debêntures e contas a pagar por aquisições	(1.546.444)	(2.697.979)
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	418.261	839.399
Caixa Líquido (dívida líquida)	(1.128.183)	(1.858.580)
Patrimônio líquido	2.490.237	2.719.784
Índice de alavancagem financeira	45,30%	68,34%

5.4. Análise de sensibilidade

A seguir apresentamos um quadro demonstrativo com a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que demonstra os riscos que podem gerar prejuízos relevantes à Companhia, segundo a avaliação feita pela Administração, considerando, para um período como cenário base mais provável em um horizonte de 12 meses, as taxas projetadas: CDI – 12,43% e IPCA – 5,78% ao ano. Adicionalmente, demonstramos cenários com 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente.

EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2021	Exposição	Risco	Cenário		Consolidado
			provável	possível -25%	Cenário Remoto -50%
Aplicações Financeiras e títulos e valores mobiliários	418.261	Alta CDI	51.990	64.988	77.985
Debêntures e Contas a pagar atreladas ao CDI	(1.546.444)	Alta CDI	(192.225)	(240.281)	(288.337)
	(1.128.183)		(140.235)	(175.293)	(210.352)

Fonte: IPCA do relatório Focus do Banco Central do Brasil - BACEN, e CDI conforme taxas referenciais B3 S.A, ambos disponibilizados nos websites das respectivas instituições.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixa				
Conta corrente	4.653	5.363	5.319	6.630
	4.653	5.363	5.319	6.630
Aplicações financeiras				
OPCM – Operação Compromissada (i)	-	268.039	-	268.039
CDB - Certificado de Depósitos Bancários	-	234	-	64.132
	-	268.273	-	332.171
	4.653	273.636	5.319	338.801

(i) Notas do Tesouro Nacional *over night* e operação compromissada são aplicações financeiras diárias com bancos privados com lastros em títulos públicos sem risco de perda de rentabilidade em caso de resgate e com liquidez imediata.

A Companhia possui aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, majoritariamente atreladas ao CDI ou SELIC, sendo parte significativa realizada a partir de fundos de investimentos exclusivos de renda fixa, sob a administração e gestão de grandes instituições financeiras. O objetivo desses fundos visa remunerar as disponibilidades do Grupo sem incorrer em instrumentos ou valores mobiliários de médio e alto risco. As aplicações financeiras possuem rentabilidade média bruta de 103,32% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (102,28% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

7. Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
LTN - Letras do Tesouro Nacional	-	-	20.170	-
LF - Letras Financeiras	129.513	-	156.294	47.727
LFT - Letra Financeira do Tesouro	106.628	24.798	220.973	452.871
NTN - Nota do Tesouro Nacional	15.505	-	15.505	-
	251.646	24.798	412.942	500.598

Os títulos e valores mobiliários possuem rentabilidade média bruta de 103,32% do CDI em 31 de dezembro de 2021 (102,28% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

8. Contas a receber

a) Composição

	Controladora			
	31/12/2022			
	Contas a receber	Perda esperada	AVP	Contas a receber líquido
Cartão de Crédito	2.854	-	-	2.854
Kroton	1.202.268	(893.871)	(14.644)	293.753
Parcelamento Privado (PEP/PMT)	709.076	(626.737)	(14.622)	67.717
PEP	502.247	(431.100)	(11.660)	59.487
PMT	206.829	(195.637)	(2.962)	8.230
Kroton sem parcelamento privado	493.192	(267.134)	(22)	226.036
Pagante	421.139	(213.687)	(22)	207.430
FIES (Parcelamento Público)	72.053	(53.447)	-	18.606
Outros	358	143	-	501
Total	1.205.480	(893.728)	(14.644)	297.108
Total sem parcelamento privado e cartão de crédito	493.550	(266.991)	(22)	226.537
Ativo circulante				277.852
Ativo não circulante				19.256
				297.108

	Controladora			
	31/12/2021			
	Contas a receber	Perda esperada	AVP	Contas a receber líquido
Cartão de Crédito	25.128	-	-	25.128
Kroton	1.600.892	(1.020.356)	(26.842)	553.694
Parcelamento Privado (PEP/PMT)	1.077.991	(713.950)	(26.804)	337.237
PEP	808.935	(510.286)	(23.380)	275.269
PMT	269.056	(203.664)	(3.424)	61.968
Kroton sem parcelamento privado	522.901	(306.406)	(38)	216.457
Pagante	426.042	(251.494)	(38)	174.510
FIES (Parcelamento Público)	96.859	(54.912)	-	41.947
Platos	42.009	(25.105)	-	16.904
Outros	920	-	-	920
Total	1.668.949	(1.045.461)	(26.842)	596.646
Total sem parcelamento privado e cartão de crédito	565.830	(331.511)	(38)	234.281
Ativo circulante				508.385
Ativo não circulante				88.261
				596.646

EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado			
	31/12/2022			
	Contas a receber	Perda esperada	AVP	Contas a receber líquido
Cartão de Crédito	3.307	-	-	3.307
Kroton	2.397.711	(1.569.333)	(33.943)	794.435
Parcelamento Privado (PEP/PMT)	1.703.646	(1.169.510)	(33.857)	500.279
PEP	1.280.999	(840.215)	(28.166)	412.618
PMT	422.647	(329.295)	(5.691)	87.661
Kroton sem parcelamento privado	694.065	(399.823)	(86)	294.156
Pagante	567.160	(301.617)	(86)	265.457
FIES (Parcelamento Público)	126.905	(98.206)	-	28.699
Outros	356	145	-	501
Total	2.401.374	(1.569.188)	(33.943)	798.243
Total sem parcelamento privado e cartão de crédito	694.421	(399.678)	(86)	294.657
Ativo circulante				685.435
Ativo não circulante				112.808
				798.243

	Consolidado			
	31/12/2021			
	Contas a receber	Perda esperada	AVP	Contas a receber líquido
Cartão de Crédito	31.170	-	-	31.170
Kroton	2.810.930	(1.809.291)	(46.393)	955.246
Parcelamento Privado (PEP/PMT)	2.040.749	(1.350.540)	(46.308)	643.901
PEP	1.557.645	(988.606)	(39.021)	530.018
PMT	483.104	(361.934)	(7.287)	113.883
Kroton sem parcelamento privado	770.181	(458.751)	(85)	311.345
Pagante	606.208	(360.352)	(85)	245.771
FIES (Parcelamento Público)	163.973	(98.399)	-	65.574
Platos	43.934	(25.486)	-	18.448
Outros	914	(2)	-	912
Total	2.886.948	(1.834.779)	(46.393)	1.005.776
Total sem parcelamento privado e cartão de crédito	815.029	(484.239)	(85)	330.705
Ativo circulante				865.855
Ativo não circulante				139.921
				1.005.776

b) Análise dos vencimentos das contas a receber (aging list)

	Consolidado	
	31/12/2022 ⁽ⁱ⁾	31/12/2021 ⁽ⁱ⁾
Valores a vencer	993.497	1.103.086
Vencidos		
Até 30 dias	94.078	99.677
Entre 31 e 60 dias	71.107	55.566
Entre 61 e 90 dias	65.185	74.066
Entre 91 e 180 dias	155.678	256.298
Entre 181 e 365 dias	205.990	354.235
Acima de 365 dias	815.839	944.020
Total vencidos	1.407.877	1.783.861
Provisão para perda esperada	(1.569.188)	(1.834.779)
Ajuste a valor presente	(33.943)	(46.393)
	798.243	1.005.776

(i) O *aging list* foi calculado considerando o vencimento de cada título, exceto para o produto Kroton Pagante, onde os títulos foram agrupados considerando a faixa de vencimento mais antiga do aluno (efeito arrasto).

A seguir apresentamos as aberturas de análise de vencimentos por tipo de contas a receber:

Kroton – alunos pagantes

	31/12/2022		31/12/2021	
	Saldo Total	%	Saldo Total	%
Valores a vencer	170.277	30%	29.832	5%
Vencidos				
Até 30 dias	67.464	12%	21.389	4%
Entre 31 e 60 dias	57.115	10%	30.963	5%
Entre 61 e 90 dias	53.757	9%	56.123	9%
Entre 91 e 180 dias	82.931	15%	151.032	25%
Entre 181 e 360 dias	132.624	23%	179.351	30%
Acima de 365 dias(i)	2.906	1%	137.434	23%
Total vencidos	396.797	70%	576.291	95%
Contas a Receber Bruto Pagante	567.074	100%	606.123	100%
(-) Saldo de PCLD	301.617		360.352	
Contas a Receber Líquido Pagante	265.457		245.771	
Percentual de PCLD/CR Bruto'	53,2%		59,5%	

(i) Considera as contas a receber do aluno em seu maior atraso (efeito arrasto por CPF do aluno), isto é, a soma dos títulos que tem vencimento em até 365 dias, mas que devido a ter algum título do aluno com data de vencimento superior e que já foi baixado para perda, passa a ter provisionamento de PCLD de 100%.

c) Provisão para perda esperada (PCLD) e baixas

Mensalidades

A Companhia constitui mensalmente a provisão para perda esperada analisando os valores de recebíveis constituídos a cada mês (no período de 12 meses), e as respectivas aberturas por faixas de atraso, calculando sua “*performance*” de recuperação. Nessa metodologia, para cada faixa de atraso é atribuído um percentual de probabilidade de perda estimada levando em conta informações atuais e históricas de inadimplência de cada produto. Conforme apresentado na nota explicativa 1.2, especificamente para o produto Kroton Pagante, a metodologia de cálculo considera a probabilidade de perda na visão aluno, o qual considera todas as contas a receber em sua data de vencimento mais antiga, e as provisiona de acordo com o perfil de risco, definido por histórico de *default*, informações acadêmicas e dados financeiros, tais como, total da dívida, histórico de renegociação, entre outros. Cabe ressaltar que a Companhia considera a expectativa de entrada de caixa esperada para seus acordos sobre títulos renegociados. Parcelamento Privado: A perda esperada para os valores a receber do PEP e PMT é calculada principalmente com base na média entre i) expectativa de evasão e seu índice de inadimplência e ii) expectativa de alunos formados e evadidos, e seu índice de inadimplência.

Movimentação das perdas esperadas

As movimentações das provisões para perdas esperadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	(1.045.461)	(991.632)	(1.834.779)	(1.759.756)
Baixa contra contas a receber	280.051	121.106	533.540	176.403
Constituição	(128.318)	(174.935)	(267.949)	(251.426)
Saldo final	(893.728)	(1.045.461)	(1.569.188)	(1.834.779)

Quando o atraso atinge uma faixa de vencimento superior a 365 dias o título é baixado. Mesmo para os títulos baixados, os esforços de cobrança continuam e os respectivos recebimentos e renegociações são reconhecidos diretamente ao resultado quando de sua realização.

d) Parcelamento Privado (PEP/PMT)

O saldo de contas a receber do Parcelamento Privado (PEP/PMT) é composto pelos recebíveis dos produtos de parcelamento oferecidos no ensino Presencial da Kroton, que é segregado em dois principais produtos:

- i) Parcelamento Estudantil Privado (PEP). Este produto tem por objetivo viabilizar o acesso à educação de alunos que apesar de dependerem de financiamento estudantil não possuem acesso ao mesmo. Nessa modalidade, o aluno pagaria aproximadamente metade das mensalidades do curso após formado, com expectativa de encerrar os pagamentos no dobro do prazo de duração do curso. A partir do ciclo 2021 a Companhia decidiu não mais ofertar o produto PEP para novos ingressantes.
- ii) Parcelamento de Matrícula Tardia (PMT). Este produto é oferecido somente no semestre de ingresso dos alunos e tem por objetivo facilitar o pagamento para alunos que ingressam no meio do ciclo semestral. Ao invés de se cobrar as mensalidades acumuladas desde o primeiro mês do semestre até o mês de ingresso do aluno, inicialmente o aluno pagaria apenas uma mensalidade e teria as demais postergadas para pagamento após a formatura. No segundo semestre de 2021 a Companhia alterou a oferta desse produto onde, para os novos ingressantes, as mensalidades postergadas serão diluídas ao longo do curso e não mais pagas apenas após a formatura.

Composição do Saldo

	31/12/2022			31/12/2021		
	PEP	PMT	Consolidado	PEP	PMT	Consolidado
Contas a Receber Bruto	1.280.999	422.647	1.703.646	1.557.645	483.104	2.040.749
(-) Ajuste a Valor Presente	(28.166)	(5.691)	(33.857)	(39.021)	(7.287)	(46.308)
Contas a Receber Bruto após AVP	1.252.833	416.956	1.669.789	1.518.624	475.817	1.994.441
(-) Saldo de PCLD (i)	(840.215)	(195.637)	(1.035.852)	(988.606)	(361.934)	(1.350.540)
Contas a Receber Líquido	412.618	221.319	633.937	530.018	113.883	643.901
Percentual de PCLD/CR bruto após AVP	-67,1%	-46,9%	-62,0%	-65,1%	-76,1%	-67,7%
Valores a vencer	483.883	176.753	660.636	677.136	195.518	872.654
Vencidos	797.116	245.894	1.043.010	880.509	287.586	1.168.095
Contas a Receber Bruto PEP / PMT	1.280.999	422.647	1.703.646	1.557.645	483.104	2.040.749

Expectativa de Recuperação do PEP e PMT

A perda esperada para os valores a receber do PEP e PMT é calculada principalmente com base na média entre i) expectativa de evasão e seu índice de inadimplência e ii) expectativa de alunos formados e evadidos, e seu índice de inadimplência. A projeção de perdas futuras calculada pela Companhia representa na data de sua mensuração a melhor estimativa da administração quanto à futura inadimplência, considerando dados históricos de recebimento para as turmas PEP e PMT evadidas e formadas, ajustadas pelas condições atuais de mercado, economia e percentual de estimativa de recuperação futura.

9. Imposto de renda e contribuição social a recuperar

A Companhia possui valores de imposto de renda e contribuição social a recuperar relativos a antecipações de recolhimentos, além dos impostos retidos sobre aplicações financeiras, e notas fiscais de fornecedores, os quais poderão ser utilizados para compensar qualquer tributo federal administrado pela Receita Federal do Brasil.

Em 31 de dezembro de 2022, o montante desses valores relativos ao imposto de renda e contribuição social a recuperar foi de R\$ 9.925 na controladora (R\$ 2.564 em 31 de dezembro de 2021), e R\$ 27.696 no consolidado (R\$ 24.880 em 31 de dezembro de 2021).

10. Contas a receber na venda de controladas

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
UNIASSELVI	-	67.386
FAIR	-	2.103
	-	69.489
Circulante	-	69.489
Não circulante	-	-
	-	69.489

Os valores são atualizados principalmente pela variação do CDI e IPCA de acordo com os respectivos contratos.

EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Apresentamos abaixo os movimentos ocorridos nessa rubrica para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	69.489	61.251
Atualização de juros	6.454	8.238
Recebimentos	(75.943)	-
Saldo final	-	69.489

11. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Despesas antecipadas (i)	319	2.093	5.562	7.509
Crédito com ex-proprietários de adquiridas (ii)	16.647	18.051	23.357	25.211
INSS Rescisões (iii)	9.731	9.731	12.769	12.769
Venda de imóveis (iv)	4.870	4.644	8.408	8.181
Contas a receber – direito de uso	11.749	20.503	11.764	19.194
Total	43.316	55.022	61.860	72.864
Circulante	22.455	29.583	35.735	42.161
Não circulante	20.861	25.439	26.125	30.703
	43.316	55.022	61.860	72.864

- (i) Composto por: R\$ 4.740 relativo a diferimento de receita no ganho de capital em operação de *lease back* pelo prazo do contrato de locação, e R\$ 822 por valores menores pulverizados.
- (ii) Composto por: R\$ 15.247 referente a confissão de dívida da unidade SOCE LINHARES, R\$ 4.895 referente a processos judiciais referente a FABRAI, R\$ 1.719 referente a processo trabalhista SEBH-PRAETORIUM e R\$ 1.496 por valores menores pulverizados.
- (iii) Composto principalmente por INSS a recuperar originado de decisões positivas judiciais sobre verbas rescisórias.
- (iv) Composto principalmente por: R\$ 4.871 referente a venda do imóvel em São Luiz do Maranhão (CEAMA), e R\$ 3.519 referente a venda do imóvel Rio Bravo (PSES), e R\$ 18 por valores menores pulverizados.

EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/12/2021					
	Participação no Patrimônio Líquido	Quantidade de ações	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Lucro / Prejuízo do período
Projecta	99,99%	10.234.275	6.643	1.219	5.425	139
Saber	37,96%	5.125.569.249	2.779.132	900.748	1.878.384	177.347
Orme	99,99%	207.349.196	91.105	49.544	41.561	(13.033)
Unic Educacional	99,99%	210.684.858	365.742	116.636	249.105	(2.986)
União	99,99%	145.039.401	187.378	68.537	118.841	(1.299)
Cemar	99,99%	12.729.511	36.616	22.954	13.662	513
Cepar	99,99%	4.675.159	27.065	9.805	17.260	5.208
Cesupar	99,99%	974.207	10.007	5.308	4.699	709
Pses	99,99%	384.011.229	1.227.998	928.415	299.583	11.685
Aesapar	14,40%	2.184.726.616	5.689.982	4.172.246	1.517.736	(335.988)
Platos	68,07%	24.487.162	20.792	12.679	8.113	(15.065)
Eduquer	99,99%	93.700	361	41	320	(1)
			10.442.820	6.288.131	4.154.689	(172.771)

EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Movimentação dos investimentos em controladas

Investimento	Participação	31/12/2021	Juros sobre capital próprio	Aumento / Redução de capital	Reorganização societária (i)	Equivalência Patrimonial	Plano de Ações (RSU)	Perda de participação	Amortização de mais valia	Controladora
										31/12/2022
Projecta	99,99%	5.424	-	-	-	365	-	-	-	5.789
Orme	99,99%	41.557	-	14.000	282.460	(21.452)	-	-	-	316.565
União	99,99%	118.830	(401)	170	-	1.667	-	-	-	120.266
Cemar	99,99%	13.661	(650)	-	-	1.307	-	-	-	14.318
Cepar	99,99%	17.258	(3.086)	35	-	4.314	-	-	-	18.521
Cesupar	99,99%	4.699	-	55	-	(625)	-	-	-	4.129
Unic Educacional	99,99%	249.081	(2.500)	-	-	(6.175)	-	-	-	240.406
Platos	68,07%	5.523	-	14.363	-	(8.808)	76	-	-	11.154
Eduquer	99,99%	320	-	-	-	6	-	-	-	326
PSES	0,00%	299.553	-	-	(367.827)	51.390	(26)	16.910	-	-
Ágio		34.584	-	-	-	-	-	-	(2.581)	32.003
Saldo em 31 de dezembro de 2022 (controladas)		790.490	(6.637)	28.623	(85.367)	21.989	50	16.910	(2.581)	763.477
Coligada - Aesapar	15,45%	218.554	-	171.611	(19.774)	(89.835)	345	(12.692)	-	268.209
Coligada - Saber	37,96%	713.034	(4.536)	(531.440)	-	19.811	29	-	-	196.898
Saldo em 31 de dezembro de 2022 (coligadas)		931.588	(4.536)	(359.829)	(19.774)	(70.024)	374	(12.692)	-	465.107
Saldo em 31 de dezembro de 2022		1.722.078	(11.173)	(331.206)	(105.141)	(48.035)	424	4.218	(2.581)	1.228.584

(i) Relativo aos efeitos de cisão e redução de capital por decorrência das reorganizações societárias ocorridas entre empresas do Grupo Cogna, conforme nota explicativa 4.

(d) Informação sobre as controladas indiretas

Controlada por Unic Educacional	31/12/2021					
	Participação no Patrimônio Líquido	Quantidade de quotas	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Lucro / Prejuízo do exercício
Unime Salvador	100%	15.916.973	101.076	101.860	(784)	(9.097)

EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13. Imobilizado

								Controladora
	Equipamentos de informática	Móveis, equipamentos e utensílios	Biblioteca	Edificações e benfeitorias	Imobilizado em andamento	Terrenos	Direito de uso (IFRS-16) (i)	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2021	25.262	107.451	24.598	329.616	9.081	43.944	676.261	1.216.213
Adições	4.931	4.572	65	4	22.353	-	68.517	100.442
Baixas	(70)	(580)	(372)	(12.691)	(2)	-	(1.479)	(15.194)
Depreciações	(12.197)	(15.430)	(6.601)	(25.383)	-	-	(49.850)	(109.461)
Transferências	-	-	-	13.436	(13.436)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	17.926	96.013	17.690	304.982	17.996	43.944	693.449	1.192.000
Taxa média anual de depreciação 2021	25%	10%	10%	5%	0%	0%	5%	
Saldos em 01 de janeiro de 2022	17.926	96.013	17.690	304.982	17.996	43.944	693.449	1.192.000
Adições	762	155	4	-	23.182	-	82.253	106.356
Baixas	(331)	(3.947)	(526)	(7.314)	(352)	-	(10.977)	(23.447)
Baixa por reorganização societária	(1.167)	(11.051)	(3.063)	(37.904)	(2.457)	(7.606)	(84.823)	(148.071)
Depreciações	(8.711)	(13.433)	(3.970)	(21.851)	-	-	(47.944)	(95.909)
Transferências	-	-	-	10.692	(10.692)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	8.479	67.737	10.135	248.605	27.677	36.338	631.958	1.030.929
Taxa média anual de depreciação 2022	25%	10%	10%	5%	0%	0%	5%	
Saldos em 31 de dezembro de 2022:								
Custo	49.365	137.016	41.886	350.101	27.677	36.338	867.518	1.509.901
Depreciação acumulada	(40.886)	(69.279)	(31.751)	(101.496)	-	-	(235.560)	(478.972)

EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

								Consolidado
	Equipamentos de informática	Móveis, equipamentos e utensílios	Biblioteca	Edificações e benfeitorias	Imobilizado em andamento	Terrenos	Direito de uso (IFRS-16) (i)	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2021	35.563	177.374	46.052	472.297	18.364	48.947	1.183.741	1.982.338
Adições	7.560	12.775	402	4	41.782	-	100.259	162.782
Baixas	(80)	(2.666)	(1.183)	(22.882)	(663)	-	(55.789)	(83.263)
Depreciações	(17.248)	(26.104)	(10.893)	(36.272)	-	-	(80.696)	(171.213)
Transferências	-	-	-	29.353	(29.353)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	25.795	161.379	34.378	442.500	30.130	48.947	1.147.515	1.890.644
Taxa média anual de depreciação 2021	25%	10%	10%	5%	0%	0%	7%	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	25.795	161.379	34.378	442.500	30.130	48.947	1.147.515	1.890.644
Adições	764	1.432	356	12	38.798	-	171.136	212.498
Baixas	(333)	(3.947)	(527)	(8.617)	(375)	-	(20.479)	(34.278)
Baixa por reorganização societária	(1.806)	(20.402)	(4.516)	(49.911)	(8.270)	(12.609)	(120.583)	(218.097)
Depreciações	(12.464)	(24.100)	(7.748)	(33.342)	-	-	(102.813)	(180.467)
Transferências	-	-	-	21.080	(21.080)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	11.956	114.362	21.943	371.722	39.203	36.338	1.074.776	1.670.300
Taxa média anual de depreciação 2022	25%	10%	10%	5%	0%	0%	5%	
Saldos em 31 de dezembro de 2021:								
Custo	68.058	237.212	81.309	555.077	39.203	36.338	1.402.328	2.419.525
Depreciação acumulada	(56.102)	(122.850)	(59.366)	(183.355)	-	-	(327.552)	(749.225)

EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14. Intangível

						Controladora
	Softwares	Produção de conteúdo	Licença de Operação	Ágios e intangíveis alocados	Outros intangíveis	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2021	330.959	24.297	2.775	1.766.485	8.387	2.132.903
Adições	89.952	6.049	1.226	-	-	97.227
Baixas	(29)	(1)	(575)	(5.710)	-	(6.315)
Amortizações	(108.733)	(20.052)	(1.623)	(622)	(2.799)	(133.829)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	312.149	10.293	1.803	1.760.153	5.588	2.089.986
Taxa média anual de amortização 2021	20%	50%	33%	5%	20%	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	312.149	10.293	1.803	1.760.153	5.588	2.089.986
Adições	54.694	18.358	1.545	-	573	75.170
Baixas	-	-	-	-	(573)	(573)
Baixa por reorganização societária	(1.916)	(23)	(111)	(271.195)	-	(273.245)
Amortizações	(102.591)	(10.374)	(1.130)	-	(1.604)	(115.699)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	262.336	18.254	2.107	1.488.958	3.984	1.775.639
Taxa média anual de amortização 2022	20%	27%	33%	5%	20%	
Saldos em 31 de dezembro de 2022:						
Custo	662.313	65.037	6.276	1.648.158	9.940	2.391.724
Amortização acumulada	(399.977)	(46.783)	(4.169)	(159.200)	(5.956)	(616.085)

EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

						Consolidado
	Softwares	Produção de conteúdo	Licença de Operação	Ágios e intangíveis alocados	Outros intangíveis	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2021	344.218	26.953	4.608	1.864.619	8.385	2.248.783
Adições	96.909	7.351	2.036	-	2	106.298
Baixas	(39)	(5)	(722)	(5.710)	-	(6.476)
Amortizações	(112.170)	(22.214)	(2.838)	(3.889)	(2.799)	(143.910)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	328.918	12.085	3.084	1.855.020	5.588	2.204.695
Taxa média anual de amortização 2021	20%	50%	33%	5%	20%	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	328.918	12.085	3.084	1.855.020	5.588	2.204.695
Adições	57.230	27.099	2.026	-	573	86.928
Baixas	-	-	-	-	(299)	(299)
Baixa por reorganização societária	(1.774)	(950)	(457)	(269.588)	-	(272.769)
Amortizações	(106.492)	(12.839)	(1.713)	(4.189)	(1.879)	(127.112)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	277.882	25.395	2.940	1.581.243	3.983	1.891.443
Taxa média anual de amortização	20%	27%	33%	5%	20%	
Saldos em 31 de dezembro de 202:						
Custo	688.206	79.255	10.190	1.740.443	9.939	2.528.033
Amortização acumulada	(410.324)	(53.860)	(7.250)	(159.200)	(5.956)	(636.590)

a) Ágio gerado em aquisição de controladas e intangíveis alocados em combinação de negócios

Nas Demonstrações Financeiras consolidadas, o ágio decorrente da diferença entre o valor pago na aquisição de investimentos em controladas e o valor justo dos ativos e passivos é classificado no ativo intangível. Parte do valor pago na aquisição das controladas foi alocado a ativos intangíveis identificáveis e de vida útil definida e indefinida após análise dos ativos adquiridos.

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
"Goodwill" (i)	1.396.023	1.667.218
Licença de operação e rede parceira de polo (ii)	185.146	187.727
Carteira de clientes (iii)	74	74
	1.581.243	1.855.020

- (i) Refere-se ao ágio gerado por aquisições de controladas, classificado como decorrente de expectativa de rentabilidade futura. Não possui vida útil definida e está sujeito a testes anuais de recuperação.
- (ii) Refere-se às licenças para operação de ensino presencial e à distância e à rede parceira de polos de ensino à distância. Não possui vida útil definida e está sujeita a testes anuais de recuperação.
- (iii) Ativo intangível com vida útil estimada entre 3 e 14 anos.

b) Testes do ágio para verificação de "impairment" por modalidade

A Companhia avalia no mínimo de forma anual a recuperabilidade de seus ativos, ou quando existir indicativo de alguma desvalorização.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia avaliou eventos ocorridos em suas unidades geradoras de caixa que pudessem afetar sua expectativa de recuperação dos ativos não financeiros, sendo que, após essa avaliação, não foi verificado necessidade de reconhecimento de perda.

As seguintes premissas de crescimento foram utilizadas nos cálculos:

<u>Premissa</u>	<u>Kroton</u>
Quantidade de alunos - base, captação e evasão	1. Taxa de crescimento na perpetuidade em 4,74% (anteriormente apresentado 5,83%) e taxa de desconto aplicada (WACC) de 13,41% (anteriormente apresentado 12,30%). 2. Crescimento de Kroton Ex-MeD alavancado pela ampliação e maturação de polos. Correção do ticket médio de calouros com reajuste de IPCA no Campus e 0,5 IPCA nos polos a partir de 2025. Correção de ticket médio de veteranos pelo IPCA + 3% a.a. 3. Crescimento na captação EAD com CAGR de 8% entre 2023 e 2026 (anteriormente 10%), e no Presencial com CAGR de 3% entre 2023 e 2026 (anteriormente 2%).

Adicionalmente, alguns indicadores utilizados no modelo de testes são baseados em indicadores macroeconômicos que já podem ser obtidos e recalculados, como projeções de crescimento do país e alteração das taxas que são base para o WACC. A Companhia entende que esse procedimento atende a exigência normativa de realização de teste de *impairment* no mínimo uma vez ao ano ou em algum momento em que um indício claro de *impairment* seja notado. A seguir apresentamos a alocação do ágio e intangíveis alocados por nível de unidade geradora de caixa:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Kroton	1.581.243	1.854.946
Platos	-	74
	1.581.243	1.855.020

15. Debêntures

(a) Composição

	Remuneração	Emissão	Vencimento	Controladora		Consolidado	
				31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
EDE 4ª emissão série única (i)	CDI + 2,75% a.a.	27/08/18	15/08/26	231.984	225.634	231.984	225.634
Total				231.984	225.634	231.984	225.634
Circulante				67.971	6.991	67.971	6.991
Não circulante				164.013	218.643	164.013	218.643
				231.984	225.634	231.984	225.634

(i) Em 13 de agosto de 2021 foi realizado aditamento do contrato das debêntures emitidas pela Companhia, sendo que em virtude dessa renegociação o prazo de vencimento da parcela final foi prorrogado para 15 de agosto de 2026.

(b) Movimentação

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	225.634	221.489	225.634	221.489
Pagamento dos custos de emissão	-	(2.463)	-	(2.463)
Juros provisionados	32.834	12.987	32.834	12.987
Apropriação dos custos	807	972	807	972
Pagamento de juros	(27.291)	(7.351)	(27.291)	(7.351)
Saldo final	231.984	225.634	231.984	225.634

(c) Índices de desempenho compromissados

Emissão "EDE" (cálculos trimestrais)

As debêntures emitidas pela controladora requerem a manutenção de índices financeiros "covenants", os quais são apurados trimestralmente, durante a vigência desta emissão, com base nas informações intermediárias e nas demonstrações consolidadas da controladora direta Cogna, garantidora da emissão. O período de apuração compreende, onde é necessário para o cálculo e como determinado na escritura, os 12 meses imediatamente anteriores ao encerramento de cada trimestre e o cálculo é o quociente da divisão da dívida líquida pelo EBITDA ajustado, sendo que o valor resultante não deve ser superior a 3,00. Esse índice não pode ser superado em 2 trimestres consecutivos ou em 3 trimestres alternados no prazo de vigência do contrato, o que não ocorreu até 31 de dezembro de 2022.

O conceito de EBITDA ajustado significa, com base nas informações trimestrais (ITR) ou demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, conforme o caso, ao resultado obtido nos 12 (doze) meses anteriores à data de apuração (conceito dos últimos 12 meses), deduzido do imposto de renda e contribuição social, da depreciação e amortização, do resultado financeiro e do resultado de itens não recorrentes, adicionada a receita financeira operacional. O cálculo de *covenants* financeiros considera os resultados das operações continuadas e descontinuadas, sendo necessário considerar os efeitos apresentados à nota explicativa 5, em conjunto aos quadros apresentados nas respectivas notas explicativas.

O índice financeiro relativo ao cálculo do quociente da divisão da dívida líquida pelo EBITDA ajustado atingiu o resultado de 2,10, dentro das condições estabelecidas as cláusulas contratuais financeiras acima mencionadas.

De acordo com a escrituras de debêntures, com relação as demais obrigações, chamadas não financeiras, a Companhia informa que todas foram atendidas em 31 de dezembro de 2022.

(d) Cronograma de amortização

	Vencimento	Consolidado			
		31/12/2022		31/12/2021	
		Total	%	Total	%
Total passivo circulante	em até um ano	67.971	3,1	6.991	3,1
		67.971	3,1	6.991	3,1
	um a dois anos	54.630	24,2	54.630	24,2
	dois a três anos	54.630	24,2	54.630	24,2
	três a quatro anos	54.753	24,2	54.630	24,2
	quatro a cinco anos	-	24,3	54.753	24,3
Total passivo não circulante		164.013	96,9	218.643	96,9
		231.984	100,0	225.634	100,0

16. Arrendamento por direito de uso

(a) Movimentação

	Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	845.377	812.727
Adições	549	9.043
Atualizações	81.704	59.474
Cancelamentos	(22.242)	(5.381)
Pagamento de juros	(68.038)	(81.034)
Ajuste a valor presente (ii)	75.293	87.803
Pagamento de principal	(33.923)	(35.458)
Descontos obtidos - Covid19	-	(1.797)
Reorganização societária	(124.629)	-
Saldo final	754.091	845.377
Circulante	35.465	40.427
Não circulante	718.626	804.950
	754.091	845.377

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	1.356.665	1.374.576
Adições	549	29.608
Atualizações	170.587	70.651
Cancelamentos	(29.222)	(65.313)
Pagamento de juros	(142.675)	(129.219)
Ajuste a valor presente (ii)	148.316	139.954
Pagamento de principal	(69.255)	(58.869)
Desconto Obtidos COVID	-	(4.723)
Reorganização societária	(169.639)	-
Saldo final	1.265.326	1.356.665
Circulante	63.603	65.773
Não circulante	1.201.723	1.290.892
	1.265.326	1.356.665

EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (ii) Relacionado aos impactos decorrentes do estudo de viabilidade e reestruturação das unidades do negócio Kroton (“Turnaround Kroton”), o que resultou em renegociação ou encerramento de contrato nos imóveis locados.
- (iii) O ajuste a valor presente relacionado aos contratos de arrendamento por direito de uso é calculado individualmente por contrato e aplicado para a vida útil do contrato, considerando seu prazo de vencimento. A taxa é calculada pelo nosso custo de capital menos o impacto estimado pela garantia na taxa.

Além dos valores apresentados acima, alguns dos arrendamentos de imóveis em que a Companhia e suas controladas são arrendatários contêm termos de pagamento variáveis que estão vinculados ao desempenho do uso do ativo subjacente, e, portanto, não estão incluídos na mensuração nos saldos contábeis.

De acordo com as escrituras de debêntures, as operações de arrendamento do Grupo não têm qualquer impacto nos cálculos dos índices financeiros (*covenants*) das debêntures.

(b) Itens não aplicáveis ao escopo do CPC 06 (R2) / IFRS 16

Conforme facultado no CPC 06 (R2) / IFRS 16, arrendamentos de curto prazo (prazo de locação de 12 meses ou menos) e arrendamentos de ativos de baixo valor (como computadores pessoais e móveis de escritório), manterão o reconhecimento de suas despesas de arrendamento em bases lineares nas demonstrações do resultado do exercício e com isso não serão incluídos ao passivo de arrendamento. Apresentamos a seguir estes efeitos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Pagamentos Fixos	211.930	188.088
Pagamentos Variáveis	3.015	261
Pagamentos relacionados a contratos de curto prazo e de baixo valor	5.301	17.341
Total Pago	220.246	205.690

(c) Compromissos futuros

Os saldos de arrendamento a pagar relacionados aos “compromissos futuros” para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 estão apresentados a seguir:

	Consolidado			Consolidado		
	IFRS 16	(-) AVP	31/12/2022	IFRS 16	(-) AVP	31/12/2021
Até um ano	185.575	(121.972)	63.603	195.617	(129.844)	65.773
Um ano até cinco anos	937.632	(542.848)	394.784	969.313	(382.437)	586.876
Mais de cinco anos	1.357.307	(550.368)	806.939	1.461.526	(757.510)	704.016
	2.480.514	(1.215.188)	1.265.326	2.626.456	(1.269.791)	1.356.665

(d) Impactos ao resultado da Companhia

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Demonstração dos Resultados do exercício		
Depreciação e Amortização	(102.813)	(80.696)
Despesas financeiras	(148.316)	(139.954)
Receitas financeiras	1.620	1.930
Outros ganhos e perdas ⁽ⁱ⁾	3.572	8.260
	(245.937)	(210.460)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	5.877	8.388
	(240.060)	(202.072)
Valores de aluguéis pagos no exercício	(220.246)	(188.088)
Impacto no resultado decorrente nova política	(460.306)	(390.160)

- (i) Composto substancialmente pelos descontos obtidos nas renegociações de contratos em virtude da pandemia da Covid-19.

17. Fornecedores – risco sacado

Alguns fornecedores nacionais têm a opção de ceder recebíveis da Companhia, sem direito de regresso, para instituições financeiras de primeira linha. Através dessas operações, os fornecedores podem antecipar seus recebimentos com custos financeiros reduzidos, pois as instituições financeiras levam em consideração o risco de crédito da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo dos fornecedores risco sacado foi de R\$ 12.298 (R\$ R\$ 12.536 em 31 de dezembro de 2021), as taxas de desconto das operações de cessão realizadas por nossos fornecedores junto a instituições financeiras tiveram média ponderada de 1,27% a.m. (em 31 de dezembro de 2021, a média ponderada foi de 1,12% a.m.) e prazo máximo de pagamento de 360 dias. O saldo é inicialmente conhecido líquido dos ajustes a valor presente, os quais são subsequentemente reconhecidos como despesa financeira.

18. Obrigações trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Salários a pagar	13.659	28.485	21.817	39.628
INSS a recolher	6.077	8.421	9.630	11.455
FGTS a recolher	-	3.352	-	4.404
IRRF a recolher	4.736	7.679	6.963	13.495
Provisão de férias	8.803	15.281	14.277	20.446
Encargos sobre provisões	3.584	5.106	5.632	6.834
Provisão de participação dos lucros	21.587	52.243	27.744	59.192
Outros	1.362	17.032	3.688	20.378
	59.808	137.599	89.751	175.832

19. Tributos a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
ISS	8.767	24.044	11.323	39.239
PIS	35	-	212	-
COFINS	1.384	1.023	2.758	1.440
IRRF	4.666	3.991	6.396	6.006
CSLL	48	26	53	83
Demais	5.102	4.284	8.021	7.561
	20.002	33.368	28.763	54.329

20. Contas a pagar - aquisições

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Metropolitana	18.579	23.411
Total	18.579	23.411
Circulante	6.466	8.836
Não circulante	12.113	14.575
	18.579	23.411

A seguir apresentamos as movimentações ocorridas na rubrica de contas a pagar em aquisições:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	23.411	26.038
Atualização de juros	1.086	2.482
Baixas/Compensações	(3)	(10)
Ajuste a valor presente	684	887
Pagamentos	(6.599)	(5.986)
Saldo final	18.579	23.411

Os valores são atualizados principalmente pela variação do CDI de acordo com os respectivos contratos.

Abaixo cronograma de amortização das contas a pagar por aquisições:

	Vencimento	Consolidado			
		31/12/2022		31/12/2021	
		Total	%	Total	%
Total passivo circulante	até um ano	6.466	34,8	8.836	37,7
	Um a dois anos	5.941	32,0	5.029	21,5
	Dois a três anos	6.172	33,2	5.249	22,4
	Três a quatro anos	-	0,0	4.297	18,4
Total passivo não circulante		12.113	65,2	14.575	62,3
Total		18.579	100,0	23.411	100,0

21. Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis e depósitos judiciais

A Companhia está envolvida em determinados assuntos legais decorrentes do curso normal de seus negócios, relacionados a processos tributários, trabalhistas e cíveis, além de passivos contingentes adquiridos em combinações de negócios, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC15 / IFRS3.

Assim como mencionado na nota explicativa 3.2c, a classificação do risco de perda é realizada com base na opinião dos assessores jurídicos. Adicionalmente, a Administração da Companhia entende que as provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis são suficientes para cobrir eventuais perdas em processos administrativos e judiciais.

21.1. Saldos e movimentação dos processos com expectativa de perda provável

					Consolidado
	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	Passivos assumidos em combinação de negócios (i)	Total
Saldo em 31/12/2021	46.208	9.031	31.906	18.278	105.423
Reorganização societária PSES	(7.066)	(6.992)	(13.416)	2.333	(25.141)
Adições	716	64.852	48.068	-	113.636
Reversões	(116)	(12.636)	(9.068)	(254)	(22.074)
Atualização monetária	961	10.742	15.323	294	27.320
Total efeito resultado	1.561	62.958	54.323	40	118.882
Pagamentos	(252)	(28.757)	(21.760)	-	(50.769)
Ex-mantenedor (com garantia)	-	(37)	102	(7.175)	(7.110)
Saldo em 31/12/2022	40.451	36.203	51.155	13.476	141.285

(i) Os montantes aqui apresentados estão relacionados a discussões de práticas adotadas em controladas adquiridas pela Companhia, nas esferas tributária, cível e trabalhista, nos períodos em que essas pertenciam aos seus antigos proprietários. As reversões ocorridas no período são decorrentes do período prescrito e encerramento dos processos. O saldo contábil dessa rubrica é composto por: (i) R\$ 12.795 de processos de natureza tributária e (ii) R\$ 681 de processos de natureza trabalhista. Maiores informações estão apresentadas no item 21.2.

Reconciliação dos efeitos com impacto ao resultado da Companhia:

					Consolidado
	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	Passivos assumidos em combinação de negócios (i)	Total
Despesas Gerais e Administrativas	600	52.216	39.000	(254)	91.562
Despesas Financeiras	961	10.742	15.323	294	27.320
	1.561	62.958	54.323	40	118.882

21.2. Principais processos prováveis por natureza

Apresentamos a seguir os principais processos, por natureza, com classificação de perda provável e que compõem o saldo em aberto na data das demonstrações financeiras, sendo que parte dessas contingências são de responsabilidade dos ex-mantenedores/proprietário:

Processos de natureza tributária

A Companhia possui em 31 de dezembro de 2022, 9 processos administrativos e judiciais de natureza tributária (15 em 31 de dezembro de 2021), sendo seu saldo composto pela seguinte demanda:

- Contingência provisionada em acordo a norma contábil IFRIC 23, no montante de R\$ 39.731.
- A Companhia é parte em 9 processos de natureza tributária de menor relevância em valor individual, e que totalizam o montante de R\$ 720. Essas demandas, em geral, possuem como objeto tributos diversos.

Processos de natureza cível

Para ações cíveis consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados nos últimos 12 meses. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos. A Companhia possui em 31 de dezembro de 2022 8.695 processos de natureza cível (907 em 31 de dezembro de 2021), que totalizam o montante de R\$ 36.203 (R\$ 9.031 em 31 de dezembro de 2021).

Processos de natureza trabalhista

A Companhia possui em 31 de dezembro de 2022, 287 processos de natureza trabalhista (280 em 31 de dezembro de 2021), que totalizam o montante de R\$ 51.155 (R\$ 31.906 em 31 de dezembro de 2021). As demandas trabalhistas, em geral, possuem como objeto pedidos variados, principalmente relacionados ao pagamento de horas extras, diferenças salariais, dentre outras verbas trabalhistas, além de reclamações ajuizadas por ex-empregados das empresas de terceirização de mão de obra, em que a responsabilidade da Companhia é apenas subsidiária.

Passivos assumidos em combinação de negócios

Os principais processos assumidos pela Companhia em combinação de negócios, e classificados pela administração com base na opinião de seus assessores legais, são os seguintes:

(i) Natureza tributária:

- Mediante histórico e análises de riscos suspensão do PROUNI IRPJ/CSLL/ PIS/ COFINS de R\$ 9.725 e outros procedimentos que podem sofrer questionados de natureza tributária que totalizam R\$ 3.070.

(ii) Natureza trabalhista:

- Mediante histórico e análise de risco de reclamações trabalhistas passadas, considerou-se possíveis não conformidades diversas que totalizam R\$ 681.

21.3. Processos com expectativa de perdas possíveis

O quadro a seguir considera todas as contingências possíveis da Companhia, incluindo os valores de novas contingências dessa classificação que foram geradas no período posterior à combinação de negócios:

			Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	Quantidade 31/12/2022	Quantidade 31/12/2021
Tributárias	547.690	548.544	141	176
Cíveis	73.435	264.610	331	9.369
Trabalhistas	74.610	96.496	361	581
Total	695.735	909.650	833	10.126

A Companhia e suas controladoras possuíam em 31 de dezembro de 2022, 833 demandas judiciais e administrativas classificadas pela Administração como risco de perda possível com base na opinião de seus assessores legais, sendo 113 processos de responsabilidade parcial e/ou integral dos ex-mantenedores/vendedores de sociedades adquiridas pela Companhia. A redução observada entre os exercícios está relacionada a alteração na política de provisionamento das contingências cíveis (atualmente provisionadas com expectativa de perda provável), a qual considera a base de média histórica dos processos encerrados nos últimos 12 meses, conforme mencionado na nota explicativa 21.2. A seguir destacamos as principais:

(i) Tributárias:

- Ações fiscais ajuizadas pela União Federal com a finalidade de cobrança de dívida ativa tributária oriunda de contribuições previdenciárias de uma empresa incorporada pela controlada Editora e Distribuidora Educacional S/A, no período em que pertencia a ex-mantenedor. Os processos fiscais relacionados a esse objeto totalizam R\$ 140.119.
- Auto de Infração lavrado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil em face da controlada Editora e Distribuidora Educacional S/A (EDE) relativo à contribuição previdenciária sobre o Plano de Participação nos Lucros e Resultados. A autuação tem o valor de R\$ 85.061;
- Autuação fiscal lavrada pela Secretaria Receita Federal do Brasil em face de empresa incorporada pela controlada Editora e Distribuidora Educacional, relacionado a não dedutibilidade da despesa no Imposto de Renda de Pessoa Jurídica de plano de Participação nos Lucros e Resultados, no montante de R\$78.256.
- A Companhia ainda é parte em 126 processos que totalizam o montante de R\$ 244.254. As demandas são principalmente relacionadas a tributos diversos.

(ii) Cíveis:

- Ação monitoria referente a execução de obras nas unidades de São Luis, Maranhão e outras Unidades, alegando ter realizado cerca de 80% dos serviços contratados sem recebimento. A responsabilidade desta contingência é da companhia, no valor de R\$ 6.208.
- A Companhia ainda é parte em 330 processos, com valor médio de R\$ 204, e que totalizam o montante de R\$ 67.228. As demandas são principalmente relacionadas a pedidos de natureza consumerista.

(iii) Trabalhistas:

- Reclamação trabalhista, tendo como pedido indenização, diferenças salariais, horas extras e demais verbas trabalhistas em geral, no valor de R\$ 4.225.

A Companhia é parte em 360 processos, com valor médio de R\$ 195, e que totalizam o montante de R\$ 70.385. As demandas são principalmente relacionadas a pedidos de horas extras, diferenças salariais, dentre outras verbas trabalhistas.

22. Depósitos judiciais e garantias de provisão para perdas tributárias trabalhistas e cíveis

22.1. Depósitos Judiciais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Tributárias	9.508	9.102	9.562	9.152
Cíveis	1.181	568	1.244	1.525
Trabalhistas	2.987	5.672	3.796	10.012
Total	13.676	15.342	14.602	20.689

22.2. Garantias de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis (i)

Abaixo a composição dos processos judiciais/administrativos provisionados, cuja responsabilidade é garantida contratualmente pelo ex-mantenedor:

				Consolidado
	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 31/12/2021	15.275	164	1.867	17.306
Reorganização societária PSES	1.183	(91)	538	1.630
Adição	-	106	328	434
Atualização monetária	-	(2)	115	113
Reversões	(6.217)	(142)	(1.297)	(7.656)
Saldo em 31/12/2022	10.241	35	1.551	11.827

- (ii) As garantias constituídas em razão das aquisições, em contrapartida de contingências mencionadas na nota explicativa 23.2, estão previstas contratualmente e são compostas por: a) retenção de aluguéis de imóveis locados por subsidiárias da Companhia; b) retenção de parte do preço de aquisição; e c) hipoteca de imóvel pertencente aos vendedores.

23. Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

23.1. Imposto de renda e contribuição social no resultado

O imposto de renda e a contribuição social provisionados no exercício diferem do valor teórico que seria obtido com o uso das alíquotas nominais definidas pela legislação, aplicável ao lucro das entidades consolidadas. Apresentamos, portanto, a seguir, conciliação destes valores principais adições e/ou exclusões realizadas nas bases fiscais, como segue:

EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social do exercício	225.374	(51.674)	220.380	(54.745)
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL às alíquotas nominais	(76.627)	17.569	(74.929)	18.613
Equivalência patrimonial	(17.209)	2.159	(23.808)	6.306
Incentivo fiscal em controladas sujeitas ao benefício Pro Uni	62.310	-	85.347	2.454
Adições (exclusões) líquidas sem a constituição de diferido.	(172)	(7.311)	(1.514)	(8.671)
IRPJ e CSLL diferidos não constituídos sobre o prejuízo do exercício de controladas	-	-	(5.647)	(8.177)
IRPJ e CSLL demais movimentações	(5.555)	-	(3.762)	258
Total IRPJ e CSLL	(37.253)	12.417	(24.313)	10.782
IRPJ e CSLL correntes no resultado	(81)	81	(11.265)	(1.191)
IRPJ e CSLL diferidos no resultado	(37.172)	12.336	(13.048)	11.973
	(37.253)	12.417	(24.313)	10.782

23.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos e passivos é demonstrado conforme segue:

	Controladora			
	31/12/2021	Outros ajustes no PL	Efeitos no Resultado	31/12/2022
Imposto de renda / Contribuição Social:				
Prejuízos fiscais / Base Negativa CSLL	41.026	-	-	41.026
Diferenças Temporárias do Lucro Real				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	279.860	(33.539)	1.133	247.454
Ajuste a valor presente	10.804	(4.685)	129	6.248
Provisão de contingências	6.564	-	14.541	21.105
Depreciação e custo de empréstimo	(10.324)	(250)	1.834	(8.740)
Provisões não dedutíveis	20.212	-	(17.627)	2.585
Participação nos lucros e resultado	705	-	-	705
Plano de opção de ações	29.192	-	5.671	34.863
Arrendamento por direito de uso	46.999	8.217	5.877	61.093
Ganho de capital	-	-	5.979	5.979
Ágio sobre combinação de negócios	(436.676)	92.207	(54.709)	(399.178)
Alienação	(7.541)	-	-	(7.541)
Outros Ajustes	-	(540)	-	(540)
Passivo não circulante líquido	(19.179)	61.410	(37.172)	5.059
Ativo não circulante	12.061			5.599
(-) Passivo não circulante	(31.240)			(540)
Total	(19.179)			5.059

	31/12/2021	Ajustes com efeito no PL	Efeitos no Resultado	Consolidado 31/12/2022
Imposto de renda / Contribuição Social:				
Prejuízos fiscais / Base Negativa CSLL	54.300	31.031	(15.735)	69.596
Diferenças Temporárias do Lucro Real				
Provisão para perda esperada	449.305	(59.473)	(6.714)	383.118
Ajuste a valor presente	15.523	(7.174)	2.877	11.226
Provisão de contingências	14.282	37.011	(22.892)	28.401
Depreciação e custo de empréstimo	(4.153)	5.385	(10.197)	(8.965)
Provisões não dedutíveis	23.054	(40.484)	18.453	1.023
Participação nos lucros e resultado	705	(705)	-	-
Plano de opção de ações	29.360	(29.360)	-	-
Arrendamento por direito de uso	64.330	(22.713)	(5.877)	35.740
Ganho de capital	-	83.234	(21.223)	62.011
Ágio sobre combinação de negócios	(453.120)	(18.021)	54.287	(416.854)
Alienação	10.321	(4.294)	(6.027)	-
Outros Ajustes	-	(540)	-	(540)
Ativo (passivo) não circulante líquido	203.907	(26.103)	(13.048)	164.756
Ativo não circulante	235.204			165.353
(-) Passivo não circulante	(31.297)			(597)
Total	203.907			164.756

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são provenientes de ativos intangíveis decorrentes de aquisições e o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são provenientes de prejuízos fiscais e saldos de adições ao Lucro Real de exercícios anteriores e atual.

23.3. Incentivos fiscais

O Pro Uni estabelece por meio da Lei no. 11.096, de 13 de janeiro de 2005, isenção de determinados tributos federais a instituições de ensino superior que concedam bolsas de estudo integrais e parciais a alunos de baixa renda, matriculados em cursos de graduação tradicional e graduação tecnológica. As entidades de ensino superior controladas da Companhia estão inseridas nesse programa.

O valor dos benefícios fiscais em virtude do Pro Uni apurados no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, incluindo PIS e COFINS, é de R\$170.157,74 (R\$70.059 em 31 de dezembro de 2021).

24. Patrimônio líquido

24.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social subscrito e integralizado da Companhia totalizava R\$2.849.616, correspondente a 2.849.615,508 ações ordinárias.

Em 30 de dezembro de 2022, houve um aumento de capital no montante de R\$ 50.000 pela sua controladora Cognia. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2022 houve uma redução do capital devido a reestruturação societária, conforme nota explicativa 4. Considerando esses movimentos, em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito e integralizado da Companhia totalizava 2.415.181 correspondente a 2.415.180,508 ações ordinárias.

24.2. Reserva de capital

O saldo de todas as contas de reserva de capital no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 é R\$ 122.304 (R\$ R\$ 107.138 em 31 de dezembro de 2021).

24.3. Reserva de lucros

Reserva legal

Constituída como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, após a compensação dos prejuízos acumulados, e que não pode exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos acumulados ou aumentar o capital.

Dividendos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não houve distribuição de dividendos à controladora direta Cognia, assim como no exercício anterior.

24.4. Participação de acionistas não controladores

A Companhia possuía participação de 64,64% em sua controlada direta Platos Soluções Educacionais S.A. ("Platos"). Em maio de 2021, a Companhia procedeu com aumento de sua participação acionária no patrimônio líquido para 68,07%, sendo o restante da participação pertencente a outra entidade do Grupo Cognia. Em 31 de dezembro de 2022, o montante pertencente ao controle de acionistas minoritários totalizava R\$ 5.358 (R\$ 2.719 em 31 de dezembro de 2021).

24.5. Programa de outorga de ações restritas

Conforme descrito na nota explicativa 28.1 das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 da Controladora Cognia, e em conjunto com o apresentado na nota explicativa 2.18 dessa Demonstração Financeira, o Grupo aprovou durante o ano de 2018 a criação de um Plano de Outorga de Ações Restritas como forma de incentivo ao incremento do desempenho e permanência na Companhia dos administradores e/ou empregados da Companhia ou de outras empresas sob o seu controle direto ou indireto, onde poderão ser outorgadas em Ações Restritas aos executivos com o objetivo de promover a migração de opções de compras de ações outorgadas do Plano 2015, mediante aceitação expressa dos respectivos beneficiários e sua renúncia às opções de compra de ações ainda não exercidas. Foram fixados os termos e condições que seguem: a) seriam elegíveis à migração os beneficiários cujo contrato tivesse período de carência do último lote encerrando-se em 2020, 2021 ou 2022; b) seriam mantidos os períodos de carência dos contratos originais e preservados no cálculo da relação de troca os ganhos originais esperados pelos beneficiários. Houve o recálculo do valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da modificação separadamente para cada um dos lotes de cada outorga. O gerenciamento dos planos é realizado pela Controladora Direta Cognia, e o reconhecimento substancial das despesas relativas às outorgas é realizado pela EDE, visto que essa é responsável pela folha de pagamento do Grupo. Assim sendo, um maior detalhamento dos movimentos realizados durante o ano de 2020, assim como demais informações acerca dos planos ofertados está apresentado nas notas explicativas supracitadas da Cognia, as quais devem ser lidas em conjunto com esse relatório.

A Companhia reconheceu as despesas relativas às outorgas do Plano de Ações Restritas no montante de R\$10.948 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (R\$15.559 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021) em contrapartida a reservas de capital no patrimônio líquido.

25. Partes relacionadas

25.1. Transações entre partes relacionadas

As principais transações contratadas pela Companhia e suas controladas com partes relacionadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 são resumidas abaixo:

Partes Relacionadas – outros (Ativo):

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Rateio de despesas corporativas (i)	354.714	125.101	251.254	129.905
Juros sobre capital próprio a receber	15.823	6.602	14.823	-
Vendas de ativo a coligadas	32.587	32.239	32.744	33.533
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	2.212	-	-
	403.124	166.154	298.821	163.438
Ativo Circulante	403.124	163.942	298.821	163.438
Ativo Não Circulante	-	2.212	-	-
	403.124	166.154	298.821	163.438

- (i) Houve valores a receber derivadas dos rateios de despesas corporativas realizado entre as controladas, via nota de débito, no montante de R\$ 354.714 na controladora e R\$ 251.254 no consolidado. Adicionalmente, houve também contas a receber referente a venda de ativos a coligadas no montante de R\$32.587 na controladora e R\$32.744 no consolidado, juros sobre capital próprio a receber de R\$15.823 na controladora e 14.823 no consolidado.

Passivo (Debêntures com partes relacionadas):

	Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021
Debêntures a pagar Cogna Educação S.A (i)	822.942	814.128
	822.942	814.128
Passivo Circulante	22.724	13.911
Passivo Não Circulante	800.218	800.218
	822.942	814.128

- (i) Em abril de 2019, a Controladora direta Cogna realizou transferência dos valores que foram captados mediante a sua primeira emissão de debentures, ocorrida em 15 de abril de 2019, à EDE. Contraparte a este movimento, a EDE emitiu debentures privadas para a Cogna, cujo valores e demais obrigações correspondem ao destacado na emissão pública feita pela Controladora. O montante atualizado destas obrigações em 31 de dezembro de 2022 é de R\$822.942, controladora e consolidado.

Partes Relacionadas – outros (Passivo):

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Rateio de despesas corporativas (i)	254.363	220.640	305.546	224.239
Valores devidos a controladoras - mútuo (ii)	122.787	856.673	161.752	1.410.566
Juros sobre capital próprio a pagar (iii)	-	-	5.641	-
	377.150	1.077.312	472.939	1.634.805
Passivo Circulante	377.150	1.077.312	472.939	1.634.805
Passivo Não Circulante	-	-	-	-
	377.150	1.077.312	472.939	1.634.805

- (i) Houve obrigações a pagar derivadas de valores que foram recebidos pela controladora e suas controladas, mas relativos as operações das demais entidades do segmento Kroton. O montante repassado às devidas entidades, reconhecido via nota de débito, foi de R\$254.363 na controladora e R\$305.546 no consolidado, com receita nessa operação reconhecida no resultado de R\$ 24.864 na controladora e 35.718 no consolidado (despesa de R\$ 89.610 na controladora e R\$75.431 no consolidado em 31 de dezembro de 2021).
- (ii) A Controladora direta Cogna, com o objetivo de melhor alocação de capital entre as empresas controladas, realizou transferências de valores em caixa para suas controladas e com contrapartida de aumentos de capital ou contratos de mútuo, dependendo de uma análise de cada sociedade. Para tanto, foram celebrados contratos de empréstimos com vencimento em dezembro/2023, considerando a remuneração de CDI+3,57% a.a. Sobre essas operações não incide o imposto sobre operações financeiras (IOF), em decorrência do Decreto 10.504/2020, aprovado pelo Governo, que definiu alíquota zero para o imposto nas operações de crédito. Apresentamos a seguir os saldos a receber por entidade controlada:

Mútuo:				Consolidado	
	Valor Principal	Juros	Liquidação	Reorganização societária	31/12/2022
De Cogna para EDE	856.672	42.947	(776.832)	-	122.787
De Cogna para Unime Salvador	66.668	10.911	(38.614)	-	38.965
De Cogna para PSES	487.226	77.376	(524.906)	(39.696)	-
	1.410.566	131.234	(1.340.352)	(39.696)	161.752

25.2. Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, o presidente, os vice-presidentes e os diretores estatutários.

	31/12/2022	31/12/2021
Salários	8.567	11.165
Benefícios	308	246
Encargos	3.311	4.095
Remuneração variável (i)	7.988	15.207
	20.174	30.713

- (i) Remuneração variável definida em contrato com diretores estatutários.

26. Cobertura de seguros

A Controladora direta Cogna possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, e aplicável a todas as suas controladas, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas pelo montante a seguir indicado, para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2022, conforme apresentado às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Controladora direta Cogna, a Companhia e suas controladas possuíam as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Bens do imobilizado	338.000	338.000
Responsabilidade Civil Geral e Executivos (i)	9	9
Veículos	3.159	10.789
	<u>341.168</u>	<u>348.798</u>

27. Receita líquida de vendas e serviços

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2021</u>
Receita bruta	2.094.731	1.964.606	3.336.519	2.736.641
Deduções da receita bruta				
Impostos	(38.203)	(41.968)	(59.506)	(63.775)
ProUni	(282.925)	(300.428)	(538.598)	(450.524)
Descontos e devoluções	(147.941)	(167.121)	(315.538)	(272.261)
Receita líquida	<u>1.625.662</u>	<u>1.455.090</u>	<u>2.422.877</u>	<u>1.950.082</u>

28. Custos e despesas por natureza

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Salários e encargos sociais	(342.071)	(528.674)	(666.184)	(701.048)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(128.318)	(174.935)	(267.949)	(251.426)
Depreciação e amortização	(163.664)	(192.817)	(200.576)	(230.538)
Publicidade e propaganda	(93.789)	(109.924)	(112.139)	(126.915)
Custo dos produtos vendidos	22	28	35	67
Amortização mais valia ágio alocado	-	(622)	(4.190)	(3.889)
Utilidades, limpeza e segurança	(83.237)	(120.899)	(129.185)	(158.153)
Depreciação - IFRS 16	(47.944)	(49.850)	(102.813)	(80.696)
Consultorias e assessorias	(121.365)	(140.027)	(136.109)	(148.860)
Outras receitas (despesas), líquidas (i)	(65.357)	26.349	(96.756)	7.382
Aluguel e condomínio	(8.551)	(13.207)	(13.623)	(25.494)
Taxas e contribuições	(433)	(9.406)	(6.644)	(21.352)
Viagens	(9.337)	(6.671)	(10.573)	(6.933)
Serviços de terceiros	(943)	(2.212)	(1.638)	(3.050)
Contingências	(58.368)	(28.572)	(91.562)	(42.014)
	<u>(1.123.355)</u>	<u>(1.351.440)</u>	<u>(1.839.906)</u>	<u>(1.792.919)</u>
Custo das vendas e serviços	(219.472)	(282.119)	(492.991)	(434.499)
Despesas com vendas	(116.446)	(138.832)	(165.971)	(174.641)
Despesas gerais e administrativas	(652.038)	(738.576)	(907.697)	(915.952)
Provisão para perda esperada	(128.318)	(174.935)	(267.949)	(251.426)
Outras receitas operacionais	4.135	1	9.523	5.691
Outras despesas operacionais	(11.216)	(16.979)	(14.821)	(22.091)
	<u>(1.123.355)</u>	<u>(1.351.440)</u>	<u>(1.839.906)</u>	<u>(1.792.919)</u>

(i) A redução observada entre os exercícios relaciona-se substancialmente aos efeitos decorrentes da reestruturação societária entre empresas do Grupo Cogna na cobrança do rateio entre as entidades do segmento Kroton. O efeito no resultado foi o reconhecimento de receita de R\$ 24.864 na controladora e 35.718 no consolidado (despesa de R\$ 89.610 na controladora e R\$75.431 no consolidado em 31 de dezembro de 2021).

29. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras				
Juros sobre mensalidades	25.503	45.415	56.633	77.456
Rendimentos sobre aplicações financeiras	22.717	13.034	100.214	53.052
Descontos obtidos	-	6	-	11
Juros de subarrendamento	1.620	1.930	1.620	1.930
Juros ativo	5.196	7.102	5.330	7.315
Outras receitas financeiras	5.750	7.578	5.617	6.465
	60.786	75.065	169.414	146.229
Despesas financeiras				
Juros de Arrendamento	(75.293)	(87.803)	(148.316)	(139.954)
Juros e custos das debêntures	(130.129)	(53.154)	(130.122)	(53.154)
Atualização de Contingências	(16.753)	(7.786)	(27.320)	(12.337)
Juros sobre mútuos	(42.947)	(61.125)	(131.235)	(140.486)
Outras despesas financeiras	(10.843)	(15.693)	(12.039)	(18.415)
Aquisição de controladas	(1.708)	(3.369)	(1.770)	(3.369)
Tarifas bancárias e de cobrança	(7.646)	(7.534)	(8.920)	(8.483)
Juros e mora comercial	(78)	(151)	(121)	(196)
Juros e mora fiscal	(1.706)	(124)	(2.138)	(289)
	(287.103)	(236.739)	(461.981)	(376.683)
Resultado financeiro	(226.317)	(161.674)	(292.567)	(230.454)

30. Prejuízo por ação

O prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas (excluídas as mantidas em tesouraria) durante o exercício.

	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	188.121	(39.257)
Média ponderada de ações ordinárias em circulação (em quantidade)	2.415.181	2.849.616
Prejuízo básico por ação ordinária	0,08	(0,01)

31. Informações suplementares aos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa, pelo método indireto, são preparadas e apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) / IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa. O Grupo realizou durante o ano de 2022 movimentações no seu balanço patrimonial que não representaram movimento em caixa. A seguir demonstramos estes efeitos:

	31/12/2022	
	Controladora	Consolidado
Ajustes para:		
Imobilizado		
Adição de arrendamentos financeiros (IFRS 16 / CPC 06)	82.253	171.136
Baixa de arrendamentos financeiros (IFRS 16 / CPC 06)	(10.977)	(20.479)
	71.276	150.657
Capital Social		
Perda de participação acionária em controlada	-	8.474
	-	8.474
Passivos assumidos na combinação de negócios		
Garantias de ex-mantenedores	32	7.109
	32	7.109
	71.308	166.240

EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

32. Eventos subsequentes

32.1. Reestruturação Societária 2023

Como parte do Plano de Reestruturação Societária da Companhia, em 01 de abril de 2023 as controladas Eduquer Serviços Educacionais Ltda., Centro de Ensino Superior De Parauapebas Ltda, Centro de Ensino Superior de Maraba Ltda., Centro de Ensino Superior de Paragominas Ltda., Unic Educacional S.A, IUNI Educacional Unime Salvador S.A. e União de Ensino Unopar S.A. serão integralmente incorporadas pela Controladora EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S.A. (“EDE”). Na mesma data, a sociedade Orme Serviços Educacionais Ltda, também controlada por EDE, sofrerá cisão parcial referente aos ativos e passivos líquidos das filiais de São Luis e Guarapari, os quais serão incorporados pela EDE.

* * * * *